

MANDATO XIII**ATA Nº. 5/2022****SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE FEVEREIRO DE 2022**

*Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Braga, no grande Auditório do Altice Forum Braga, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Braga, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência do Senhor Américo dos Santos Afonso, como Primeiro Secretário e do Senhor João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, como Segundo Secretário. **MAIORIA LEGAL - A SR. PRESIDENTE DA MESA** comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de setenta e quatro membros. **ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:** João Filipe Monteiro Marques, Bento Duarte da Silva, João Orlando Travassos de Freitas Alcaide, Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa, Rui Nuno Gonçalves Marques, Sofia Patrícia Travassos de Freitas Alcaide, Ana Margarida Sarmiento Manso da Silva Macieira, José Raúl de Oliveira Rodrigues, Maria Manuela de Freitas Marques, Carlos Alberto Sousa Duarte Neves, Maria Alexandra Palmeira e Álvares Pereira de Lima Antunes Lopes, Diogo Carlos Mendes Almeida da Silva, Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, José Carlos Vaz da Silva, João António de Matos Nogueira, Cláudia Patrícia Serapicos Alves, José Eduardo Gouveia da Silva Pinheiro, Catarina Lourenço Ribeiro, José Miguel Ferreira da Silva, Bruno Alexandre Rocha Gonçalves, Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo, Fausto Alves Farinha,*

Nelson Jorge Ferreira Duarte, Pedro Afonso Teles, Susana Rafaela Ferreira Leite, Augusto José Urjais Gonçalves Oliveira Gomes, Bárbara Andreia Ribeiro Gomes, João Jorge Ferreira Baptista, Sandra de Oliveira Cardoso, João Pedro Carvalho Melo, António Meireles de Magalhães Lima, Sandra Cristina Andrade Carvalho, João Pereira Gomes, Tiago Jorge Monteiro Teixeira, Bruno Miguel Carvalho Machado, Abel Bruno Ferreira Gomes, Maria Guilhermina da Costa Vieira, Manuel Jorge Miranda Pereira, João Miguel Vilaça Pires, Daniel Fernandes Pinto, Ricardo Jorge Pereira da Silva, José Oliveira da Silva, Carlos Miguel da Silva Abreu Guimarães, José João Pereira Correia, Bela Diana Pinto Gomes, Filipe Vaz Alves, João da Silva Oliveira, Manuel António Veiga de Carvalho, Carolina Nogueira Vilaça Teixeira, Marco Paulo Ferreira de Oliveira, João Paulo Carvalho Vieira, Augusto Vieira de Carvalho, José Carlos Ribeiro Ferreira, Eduardo Araújo Fernandes, Carmindo João da Costa Soares, Adélia de Jesus Gonçalves da Silva, Jorge Fernando da Silva Dias, Manuel de Azevedo Martins, José António Pinto de Matos, Nuno Filipe Ferreira da Silva, Óscar José Vieira Peixoto Alves, Maria José Fernandes Borges, Israel Clímaco Martins Barbosa Araújo Pinto, Francisco Manuel Pereira da Silva, José Fernando Ferreira Vilaça, Mário José Reis Vieira, João Carlos Fernandes da Rocha, Maria Elizabete Marques da Silva, Rolando Manuel Oliveira Vilaça, Manuel Joaquim Ferreira Coelho e Paulo Manuel Vilaça Ferreira.

SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO: *A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: Maria do Pilar Araújo Teixeira, Maria Ester da Silva Taveira, Maria Angelina Pinto Rodrigues, Natacha Sofia Miranda Fontes, Augusto Alexandre da Cunha Dias, Jorge Daniel Paredes Abreu, Palmira Maciel Fernandes da Costa, José Pedro Pires Machado, Sandra Raquel Rodrigues Ribeiro, Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves, Pedro Filipe*

*Magalhães Roriz, Bruno Miguel Pereira Torres, Bruna Daniela Gonçalves do Coto, Sara Adelaide Fernandes Dias, Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas e Marcos Manuel da Silva Couto Oliveira. **FALTOU O SEGUINTE MEMBRO:** António Filipe Dias Melo Peixoto. A **SRª. PRESIDENTE DA MESA** informou que devido ao número de inscrições para participar no período de intervenção do público, o tempo que seria atribuído a cada um seria de cerca de três minutos. Passou-se ao **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**. Neste período registou-se a intervenção do **SR. JOSÉ ALFREDO GOMES RIBEIRO**, para dizer: "A minha comunicação tem por título "Uma no cravo outra na ferradura". Na área das atividades físicas e desportivas a Câmara dá "Uma no Cravo, outra na Ferradura". Se por um lado devemos realçar pela positiva a Organização do Campeonato Europeu de Veteranos em Pista Coberta, que está a decorrer nestas instalações até Domingo, evento de elevada categoria, com a presença de dezenas de países e milhares de atletas, que proporciona uma atividade desportiva salutar para jovens que vão dos trinta e cinco aos noventa e tal anos, cuja competição por vezes está em segundo plano. Mas não é só o aspeto desportivo que se deve referir, mas a envolvimento dos participantes e a sua interligação entre todos, com muitos momentos de confraternização e, porque não salientar, a entreaajuda em diversos momentos das provas, apesar do seu aspeto competitivo e mesmo sendo dos mais variados cantos da Europa, esta atitude de ajuda por parte dos atletas entre si, contrasta com os horrores que se passa no outro extremo da nossa Europa. É assim o desporto, pode e deve ser uma festa, uma festa entre todos, independentemente da cor, religião, origem, estrato social ou país. Para além de todas as outras questões ligadas ao evento, divulgação da cidade, mais valia para as atividades económicas e outras, bastava esta Festa da Comunidade Europeia para enaltecer este evento e agradecer, quer como cidadão*

desta cidade, quer como participante neste evento. Muito obrigado. Mas se tenho que realçar pela positiva este evento na área das atividades físicas desportivas, não posso deixar de vir aqui mais uma vez, para lamentar a falta de empenhamento e cuidado no que se refere aos espaços públicos para estas mesmas atividades. Em oito de julho de dois mil e dezasseis, nesta assembleia, para além de outros momentos, vim chamar a atenção para o estado em que se encontravam muitos espaços para as práticas das atividades físicas e desportivas. Referi os espaços de Fitness espalhados pelo concelho, os campos desportivos nos diferentes espaços habitacionais e os parques infantis. Referi que em muitas situações eram pequenas deficiências de fácil resolução, não era necessário obras grandes, enfim, seria necessário a manutenção consequente e frequente com uma vigilância assídua de custos mais que reduzidos. O que se passou durante estes anos, manutenção zero, salvo casos raros ou raríssimos, consequências, destruição completa desses espaços ou parte significativa. Pontualmente fez-se a chamada recuperação dos locais e materiais, com custos elevados, mas como existem muitos nestas situações, segundo a imprensa, com comunicado da autarquia não existe verba para as respetivas recuperações. Não posso deixar de lamentar esta postura, de criticar este desleixo, de falta de cuidado, de falta do essencial que é a manutenção a custos reduzidos dos espaços e materiais e cujas consequências estão à vista. Quem são os primeiros visados, as nossas crianças, que já não têm muitos espaços para se movimentarem livremente, que estão e estiveram nestes dois anos críticos metidos em casa ou reduzidos a movimentações, experimentações precárias, com todas as implicações que se colocam para o seu desenvolvimento e educação integral. Não e não ao corte dos parques infantis, com todas as suas implicações para as nossas crianças e jovens, se tivessem escutado aquilo que referi aqui em dois mil e dezasseis, talvez não

*estivéssemos nesta situação de não há verba acaba-se, fecha-se e está resolvido. Esta situação contrasta com a primeira questão que referi aqui, da Festa Desportiva para os jovens de mais de trinta e cinco anos, pena é que não possa dizer o mesmo para as crianças e jovens. Cuidado com outros espaços desportivos, se não fizerem manutenção com verbas reduzidas vai acontecer algo de semelhante”. A segunda intervenção foi protagonizada pela **SR^a. VALÉRIE MICHELLE VIEIRA**, para revelar que: “Sou moradora na rua Orfeão de Braga, junto ao Pavilhão das Goladas na freguesia de São Vítor. Venho aqui partilhar com todos os eleitos desta Assembleia as minhas preocupações quanto às anunciadas obras de requalificação e ampliação do Pavilhão do Hóquei Braga. Eu, tal como um grande número de cidadãos e habitantes da área adjacente ao pavilhão, estou muito preocupada com o que será o resultado destas obras. A solução encontrada para melhorar as condições da prática desportiva naquele pavilhão irá traduzir-se numa redução muito significativa da qualidade de vida de milhares de cidadãos. Assim, questiono a quem de direito, o Senhor Presidente Ricardo, que não está, também a Senhora Vereadora Sameiro Araújo e todo o Executivo Municipal: gostariam que reduzissem a uns poucos metros quadrados o único e já pequeno espaço verde existente perto das vossas casas? Gostariam que aumentassem a impermeabilização do solo com um estacionamento junto às vossas habitações? Gostariam de ver reduzidos o já reduzido número de árvores que amenizam as variações de temperatura junto à vossa casa? Gostariam de ver aumentado o ruído perto das vossas casas perturbando o vosso descanso? Gostariam que a circulação automóvel aumentasse ainda mais junto das vossas casas condicionando a tranquilidade de todos os que habitam o vosso quarteirão? Gostaria, muito sinceramente, de ter resposta a estas perguntas. Termina dizendo que tenho ainda esperança que*

reúnam com os moradores daquela zona para finalmente conversar e encontrar uma solução que realmente vá de encontro a todos os cidadãos”. Seguiu-se a terceira intervenção produzida pelo **SR. JOÃO LIMA SOARES**, para dizer: “É a minha primeira vez aqui nestes trâmites, portanto pedia desculpa por alguma inexperiência. O assunto que me traz aqui é o mesmo da participante anterior, é a requalificação e aumento do pavilhão Goladas. Sou residente também na rua Adelina Caravana, na freguesia de São Vítor. Lembrava, como já ontem referi numa reunião informal, que antes de existir este pavilhão, existia um ringue desportivo de livre acesso a todos os moradores, que depois à revelia, foi substituído por um equipamento desportivo privado e espanta-me muito. Andei a pensar qual era a pergunta a fazer ao Executivo e achei piada porque recebi aqui uma newsletter, salvo erro da Agere, que refere: Braga Autarquia Familiarmente Responsável e queria perguntar, numa altura em que se vive uma mudança de paradigma global a nível europeu no que diz respeito ao ambiente, à proteção florestal, à proteção animal, como é que existe coragem, da parte do Executivo, de retirar o pouco espaço verde em benefício de uma instituição privada. Nada contra o Hóquei Clube de Braga, sou a favor da prática desportiva, mas penso que é uma atitude quase provocatória e que vai contra todos os princípios defendidos ao mais alto nível pelos países de primeiro mundo, onde uma ação destas seria impensável numa Noruega, numa Holanda, numa Alemanha, em todo o lado. Sendo assim, deixava esta pergunta, provavelmente não será respondida, mas como é que existe coragem para retirar o único espaço verde a um conjunto de moradores substancial?”. Seguiu-se a intervenção da **SRª. MARLY ANJOS SOUZA GONÇALVES**, para salientar que: “Para contextualizar o assunto que aqui trago, que é importante salientar que os moradores que vivem em redor do pavilhão das Goladas têm uma história triste, deprimente e com pouco sentido

sobre a utilização do espaço. O local onde se encontra o pavilhão das Goladas era um espaço verde que deu origem a um ringue que as crianças e os habitantes locais usavam para se divertirem sendo, mais tarde, e já contra o desejo da população, construído o pavilhão que hoje ali se encontra. Numa zona residencial e escolar, o pavilhão trouxe ruído, obrigou à diminuição da zona verde existente, trouxe o desassossego nos fins-de-semana com as múltiplas atividades, a falta de estacionamento, o congestionamento das estreitas ruas que não permitem que um autocarro se aproxime do pavilhão. Hoje, mais do que falar do passado, queremos mostrar que o presente e o nosso futuro se fazem com diálogo, transparência, verdade; não se faz com prepotência, projetos concluídos sem conhecer os espaços, não se faz sem dar a conhecer aos residentes o que se vai construir, o que se pretende, como vai ser feito, com que condições. Os processos democráticos estão invertidos e informa-se somente que o projeto está pronto e as obras vão iniciar em março. Sentimos, em tempo de guerra absurda e inexplicável na Europa, explicável pelo despotismo e desejos ancestrais de imperialismo e tirania, que numa democracia a vontade ainda presente de caciquismo e de ocupação de espaços públicos de forma arbitrária e desconexa de qualquer sentido não pode prevalecer. Não pode prevalecer a remodelação de um pavilhão que vai retirar às pessoas o único e exíguo espaço verde onde as pessoas se encontram e as crianças brincam; não pode prevalecer o uso de dinheiro público sem existirem estudos sérios na utilização do espaço; não pode prevalecer a arbitrariedade de ideias e interesses que não ouvem os residentes; não pode prevalecer o uso do espaço público como se ele pudesse tornar privado para benefício de alguns, quando, na verdade, sempre foi de todos; não pode prevalecer o vai ser antes de saber como vai ser; não pode prevalecer o ruído que adoce os residentes; não pode prevalecer a imposição sem diálogo; não pode

prevalecer o «são opiniões». Todas as ideias contam e podem prevalecer como futuro. Hoje, o que pedimos, é que se pare imediatamente a possibilidade de remodelar o pavilhão que, como um dos técnicos ontem referiu, tem patologias. Sim, tem muitas patologias e graves. Pedimos que se abra o processo à discussão e se torne claro o que pode ser feito. Não aceitamos a destruição dos espaços verdes num mundo onde o meio natural está reduzido a uma ínfima parte. Todos somos parte do nosso futuro, que tem de ser dialogante e inovador”. Interveio depois o **SR. JORGE FILIPE VILAÇA FERREIRA**, para expor o seguinte: “Vamos pensar por breves momentos. Pensei num domingo ao fim da tarde, bom tempo, quente, e um jogo a encher o pavilhão das Goladas. No exterior não existe mais um pequeno espaço para colocar um carro e no interior do pavilhão o barulho é ensurdecedor. Nada podia prever que, junto aos balneários, por descuido de um dos jogadores que resolveu fumar dentro do pavilhão, um pequeno incêndio iniciou calmo e, em poucos minutos, começou a tomar conta do pavilhão. Com a confusão do fumo e o pânico das pessoas, duas pessoas ficaram inconscientes. Foram acionados os contactos de emergência, mas e porque as ruas são estreitas, porque não havia espaço para estacionamento e os carros ocupavam todos os espaços, nem ambulâncias, nem carros de bombeiros conseguiam chegar ao pavilhão. Esperemos que este cenário nunca seja uma realidade, mas todos temos a noção que possa acontecer. E o que aqui querem criar é um espaço para esses cenários ou outros que não conseguimos imaginar no momento. A responsabilidade criminal de quem manda requalificar sem estudos reais e objetivos fica em si, sim, em si Ricardo Rio, Presidente que autorizou a ampliação do pavilhão; fica também nos técnicos quando se descobrir que os estudos não foram feitos com os devidos cuidados e não respeitaram a lei na sua integridade; a responsabilidade criminal é de um executivo camarário que

*nunca quis ouvir, quis fazer sem mostrar, sem nexo e contra todos os residentes. Vai ter um crime nas suas mãos Ricardo Rio. O que pode fazer? Vamos em conjunto ver a melhor solução; não faça as obras; vamos ver se aqui faz sentido ter esta unidade desportiva imensa, vamos em conjunto, com o nosso dinheiro público, fazer o melhor para todos, para residentes e população de Braga. Vamos repensar o que queremos deste espaço no futuro e, juntos, deixar um legado para que os nossos filhos se orgulhem". Registou-se depois uma sexta intervenção pela **SR^a. MARGARIDA MARIA REBELO GOMES ALVES PEREIRA**, para revelar que: "Vou também falar do pavilhão Goladas. No meu caso vou falar da minha experiência. Estive emigrada na Alemanha, voltei a meio do ano passado e com toda a minha experiência na Alemanha vivi lá em dois apartamentos diferentes. Vivia numa das principais cidades alemãs, Hannover, e nesses dois apartamentos em que vivi no centro da cidade tinha um jardim partilhado por todos os residentes, mas na verdade era indiferente se eu tivesse vivido em dois, dez, porque efetivamente o planeamento urbano tem em consideração os cidadãos, tem em consideração que tem que existir espaços verdes para as pessoas terem qualidade de vida. Cheguei a Portugal, como disse há pouco, em meados de julho mais ou menos, e passado uns tempos sou surpreendida que vai haver obras no pavilhão na zona onde vivo e o único espaço verde em que se pode passear, em que se pode espaiar, em que os cães podem passear, em que podemos levar um dia um filho meu, que eu tenha, o único espaço verde vai ser destruído. Em vez disso, vai ser substituído por betão. Esse espaço verde atualmente está degradado, porque a Câmara nunca se preocupou em o reabilitar, provavelmente com o intuito que agora se vê e agora pergunto: o que é que os cidadãos que estão aqui, estão aqui bastantes, vão ganhar com esta ampliação? E também pergunto adicionalmente o que é que os utilizadores do pavilhão das Goladas*

perderiam se este pavilhão fosse realocado para outra localização da cidade mais exterior, onde houvesse mais estacionamento, onde houvesse mais condições de praticar desporto? “. Depois foi a vez da **SR^a. TERESA MARGARIDA LIMA MOSCOSO** intervir, para dizer: “Primeiro - o pavilhão das Goladas gera uma afluência com impacto significativo aos residentes na ocupação dos lugares de estacionamento. Segundo - a requalificação do pavilhão aumenta o número de lugares sentados, aumenta o volume do pavilhão, destrói o espaço verde em redor e coloca o pavilhão unido aos prédios. Terceiro - os habitantes perdem espaço verde, único local, serão abatidas as árvores. Alguns apartamentos dos prédios vão perder o sol, bem como ter uma estrutura construída mesmo à frente das janelas. Quarto - haverá aumento de fluxo de carros em vias estreitas e apertadas. Quinto - o ruído que já é uma constante, poderá aumentar na proporção do aumento do pavilhão, e sem as árvores claro que ainda se vai sentir mais. Em setembro fizemos um abaixo assinado entregue na Câmara ao cuidado de Ricardo Rio e nunca tivemos uma resposta. As tentativas para termos acesso ao projeto embateram sempre na prepotência e nas dificuldades que nos foram colocadas. Quando é que o poder local vai ouvir todas as partes interessadas do pavilhão das Goladas e perceber as reais necessidades sem avançar com a obra?”. Mais uma intervenção foi registada, agora pela **Sr^a. HELENA MARIA DA COSTA QUEIRÓS**, para destacar que: “Sou moradora na Rua Adelina Caravana, perto do pavilhão das Goladas. Como mentora do abaixo assinado entregue no passado mês de setembro ao Senhor Presidente da Câmara, estou aqui para partilhar convosco a mágoa e revolta dos moradores das ruas envolventes ao Pavilhão das Goladas. A Câmara Municipal de Braga, sem consulta prévia e desrespeitando por completo os interesses e direitos dos moradores e dos próprios eleitores, decidiu duplicar a capacidade de lugares sentados e aumentar o Pavilhão das

Goladas de quatrocentos e trinta lugares para oitocentos e cinquenta e quatro. A indignação coletiva dos moradores levou, no passado mês de setembro, a que o manifesto criado para mostrar o repúdio da decisão, tivesse centenas de assinaturas dos moradores em poucos dias, ao qual não obtivemos nenhuma resposta por parte do executivo. Estivemos presentes numa reunião de Câmara, mostramos a nossa indignação e o Sr Presidente respondeu ao manifesto que eram simples opiniões. No entanto, para os moradores esta decisão de alargamento do pavilhão mostra o absurdo das construções, pensadas para o voto, para interesses particulares e sem capacidade de refletir o futuro. Para quem não conhece, o pavilhão das Goladas está situado no meio de uma zona habitacional, junto de uma escola com mais de seiscentos alunos, dos seis aos dezoito anos de idade. Esta escola, Conservatório de Música Calouste Gulbenkian de Braga, contém um auditório com trezentos lugares que, com muita frequência, à exceção da época da pandemia, recebe atividade artística com o respetivo movimento adequado ao número de ocupantes. Como devem imaginar, não será tão pouco assim... Para além disso, é a única escola do Distrito que não tem um pavilhão, tendo de pagar uma anuidade bastante elevada para poder usufruir do espaço. Contudo, a prática desportiva é muito limitada devido às especificidades do hóquei impondo várias restrições na utilização dos diferentes materiais. Quando a escola for municipalizada continuará a pagar ao hóquei esta prestação ou será à câmara? O Pavilhão, esse, foi construído em cima de um ringue público, ringue esse que estaria ao serviço público dos moradores, com o intuito de servir os habitantes locais e não equipas de desporto federadas e de alta competição; pelo que, não foi previsto o acesso de autocarros, que transportam equipas e adeptos, nem o estacionamento de automóveis dos espetadores. Por outro lado, os moradores, neste momento, já não têm lugares correspondentes aos

números de habitações e o trânsito, devido à escola e à afluência do pavilhão, é caótico. Como será com o aumento para o dobro de espectadores? Outra questão que nos deixa inquietos e que é sempre ocultada, está relacionada com a patinagem artística, pois esta modalidade não treina nos mesmos dias dos hoquistas no Pavilhão das Goladas, contudo, com a construção de um novo campo, como está previsto no projeto, todos terão treinos ao mesmo tempo o que implicará o dobro de pessoas, diariamente e não apenas ao fim de semana, como dizem. O espaço verde com árvores com mais de quarenta anos é um espaço privilegiado para todas os moradores, desde o mais novo ao mais velho que utilizam esse espaço para lazer, desporto e brincadeira. Os nossos filhos poderão brincar no meio de carros e de camionetas? As árvores também são fundamentais para combater a poluição vinda da via rápida mais movimentada da cidade, e ajudam fortemente à diminuição e propagação do som. Acrescentar o pavilhão para uma estrada não fariam, para uma linha de comboio também não, mas porquê que podem fazer em cima de um jardim?!!! Assim sendo, algumas perguntas se impõem: Porquê alargar um equipamento onde o espaço não existe? Qual o motivo de não ouvir, informar e negociar com a comunidade antes dos técnicos começarem a fazer o projeto? Não existirá em Braga outro local que possa ser cedido ao Hóquei Clube de Braga e que melhor o possa servir, particularmente os seus desportistas e o seu público? Onde será feito o estacionamento necessário para receber oitocentos e cinquenta e quatro lugares sentados? Qual ou quais os benefícios do “aumento e requalificação integral do pavilhão para os moradores? Como será assegurada a rápida movimentação de equipas de urgência em casos possíveis de acidentes diversos? Os perto de um vírgula sete milhões de euros definidos para a requalificação e ampliação, que é dinheiro público, não podem ser gastos em decisões unilaterais e sem consulta

*pública, tendo em conta a consternação que irá criar na vida de centenas de pessoas. Esta política prepotente tem de perder o seu lugar e perceber que quem vive nos locais conhece a realidade, deve ser ouvido e, depois de estudadas as possibilidades existentes, se definir com base em estudos independentes, objetivos e, sempre, com olhos no futuro. Pedimos de imediato a suspensão e reavaliação do projeto em conformidade com os interesses dos moradores, do Hóquei e da Cidade”. Seguiu-se a intervenção do **SR. JOSÉ MIGUEL BARBOSA FERREIRA**, para dizer: “Somos um conjunto de bracarenses, moradores dos prédios números sessenta e dois e setenta e seis da Rua Dr. Manuel Almeida Passos, nos quais me incluo. Quando compramos as nossas casas, no loteamento Europa Ar-Lindo foi-nos dito que a linha de alta tensão seria para ser retirada dali e que nas fichas técnicas deste mesmo loteamento proibiam a implantação de postes de alta tensão nos seus arruamentos. Está escrito e vai ser enviado a todos os presentes nesta assembleia. Os Senhores deputados aceitariam que o atual executivo deixasse de cumprir o estabelecido no loteamento, e implantasse dois postes de quarenta metros e mais de cem toneladas à frente das vossas janelas? Entre um executivo municipal que quer continuar a cometer os erros do passado ou o executivo utópico que quer mudar tudo, nós preferimos um executivo que “corrigir o que está mal, mantendo o que está bem”. A maior parte dos residentes no loteamento Europa Ar-Lindo, até votou no atual executivo, mas temos de reconhecer que o Sr. Presidente de Câmara não está a gerir bem esta situação. Além disso, neste momento, está a ocorrer uma luta muito feia nos corredores da Câmara Municipal de Braga, pois já ninguém quer assumir a responsabilidade pelo loteamento Europa Ar-Lindo. Queremos um executivo constituído por pessoas de inteligência superior, espírito livre, eticamente responsáveis e defensores dos bracarenses, Mas este dossier dos postes de alta tensão do*

loteamento Ar-Lindo Correia, está a mostrar-nos um regresso a tempos que não pretendemos recordar. Hoje, apresentamo-nos a esta Assembleia Municipal para vos dizer que não vamos permitir que Braga faça escolhas erradas. Queremos uma cidade sem postes de alta tensão junto das nossas casas, sem postes de alta tensão junto dos nossos arruamentos e sem postes de alta tensão junto dos jardins onde as nossas crianças brincam, uma Braga do século vinte e um. Queremos agradecer aos Senhores Deputados que nos apoiam. Obrigado aos Senhores Deputados municipais com quem já conversamos. Por estarem do nosso lado. Por nos incentivarem a vir cá apresentar o problema. Obrigado por nos incentivarem a apresentar uma moção na próxima assembleia municipal. Vamos fazê-lo. Entretanto, iremos ser recebidos pela Secretaria de Estado das Autarquias Locais, com uma esperança redobrada, não queremos apenas Braga sem postes de alta tensão junto das casas onde vivem os nossos filhos, queremos Portugal inteiro sem esse retrocesso civilizacional. O Sr. Presidente de Câmara tem estado mal neste processo. Mas nós até entendemos. Sabemos que não lhe foi fornecida toda a informação, ele mostrou querer jogar limpo, mas acabou por ser condicionado por elementos externos. Senhor Presidente de Câmara: estamos disponíveis para conversar e queremos ajudá-lo a resolver este problema. Braga pode ser uma cidade mais justa, mais igual e mais inclusiva, mais solidária e com crianças mais felizes, sem postes de alta tensão nos seus jardins. Não queremos dinheiro. Queremos os postes noutra local. Estamos disponíveis para desistir de tudo se os postes de alta tensão saírem dos nossos arruamentos e jardins. Se o executivo continuar cego, não deixaremos de exigir uma indemnização por todos os nossos sacrifícios. Esta semana, apresentamos uma notificação judicial avulsa na Tribunal Administrativo, dando conta de que não iremos prescindir de uma indemnização de nove milhões de euros. Com a ajuda dos Senhores Deputados

*ainda acreditamos resolver esta situação, desistindo das nossas indemnizações e colocando os postes de alta tensão longe das nossas crianças”. A décima e última intervenção deste período, foi protagonizada pelo **SR. PAULO SOUSA**, para referir que: “Daqui a um mês - mais precisamente no dia vinte e quatro de março - o tempo em que vivemos em Democracia, em Portugal, suplantarà o tempo que durou a ditadura. É um marco que assinala o arranque das comemorações oficiais dos cinquenta anos de Democracia no nosso país - num tempo em que somos de novo assolados pela tempestade da guerra na Europa. Este tempo perigoso não nos deve só inquietar, como merece uma afirmação da nossa firme vontade em defender a Democracia dos seus próprios defeitos e dos que paulatinamente - um pouco por todo o Mundo - optaram por regimes autocráticos. A vinte e oito de junho de dois mil e vinte e um, o Movimento de Cidadania Contra a Indiferença esteve nesta Casa da Democracia para sensibilizar e apelar a uma intervenção conjunta de todas e de todos neste caminho que encetamos a vinte e cinco de abril desse ano. É por isso e por ser devido, que felicitamos os que acreditaram e se empenharam nesta maratona em defesa de uma Cidadania política ativa e um combate sem tréguas à Abstenção. Juntas e Juntos conseguimos. O que era um sobressalto cívico, uma manifestação de esperança e de vontade tornou-se realidade e se a vinte e seis de setembro, as bracarenses e os bracarenses impediram que os números da abstenção aumentassem, a trinta de janeiro, Braga foi um exemplo para o país, registando uma das mais altas participações nas eleições em Portugal. Hoje, dirigimo-nos de novo a esta Assembleia Municipal mais convictos, mais fortes, mais encorajados a fazer mais e melhor na nossa e pela nossa comunidade. Tal só será possível com o reforço da vossa ajuda, empenho e esforço para que o trabalho iniciado perdure, amadureça e frutifique como julgamos ser desejo de todas e de todos. Nesta nota*

de reconhecimento - alargada a toda a sociedade civil - não podia deixar passar em claro, o empenho de inúmeras associações e instituições que deram a cara e sem tibieza, empenharam-se para atingirmos o objetivo de inverter a curva da abstenção. Já destacamos, em inúmeras ocasiões, o envolvimento notável dos empresários, mas não podia hoje, deixar passar em claro o empenho dos autarcas, dos professores do ensino secundário, dos estudantes e da Associação Académica da Universidade do Minho. Os autarcas deram o exemplo e permitam-me que destaque, simbolicamente, os presidentes de Junta de Freguesia de São Lázaro e São João de Souto, São Vicente, União de Freguesias de Maximinos, Sé e Cividade, União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe e União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves. A Declaração de compromisso que assinaram é, também, uma Carta de Compromisso para o futuro, para o trabalho que nos espera no combate à iliteracia política e à Indiferença. Lançamos aqui o apelo para que os outros autarcas subscrevam esta Declaração que é já um marco no que constitui a assunção das responsabilidades que cabem às eleitas e aos eleitos. Reconhecimento que estendo à Câmara Municipal de Braga que em boa hora decidiu lançar uma campanha de apelo ao voto junto dos mais novos. Queríamos destacar em particular o empenho das escolas secundárias de Braga onde tivemos a oportunidade de debater com os estudantes os desafios que enfrentamos quando pomos em causa a Democracia com a nossa ausência e lembrar, em particular, que na mesma data de vinte e quatro de março, comemoramos os sessenta anos sobre a crise académica de mil novecentos e sessenta e dois, a revolta de milhares de estudantes contra o regime de Salazar, duramente reprimida pelo regime. Não podemos falhar neste objetivo comum de assegurar que as gerações dos mais novos saberão honrar a memória dos que lutaram e deram a vida pela Democracia, pela Liberdade, por Portugal. Aproveitamos esta ocasião, para fazer

*um apelo ao senhor presidente da Câmara de Braga para que seja recuperado o monumento da autoria do escultor José Rodrigues, que a vinte e cinco de abril de mil novecentos e noventa e três, foi inaugurado pelo Presidente da República, Mário Soares. Registei na altura e recorde aqui, as suas palavras quando viu a obra: "A Aurora da Liberdade. Saibamos honrar as suas palavras neste tempo em que as autocracias ganham terreno à Democracia um pouco por todo o Mundo. Os números falam por si: Em dois mil e vinte e um, sessenta países sofreram um declínio acentuado nos direitos políticos e liberdades civis e apenas vinte e cinco melhoraram os indicadores recentemente divulgados pela Organização Freedom House. Seria injusto não recordar aqui o seu empenho e dos restantes presidentes das assembleias municipais do país que se juntaram a outros organismos como o Instituto de Juventude e a Federação Nacional das associações juvenis numa campanha de apelo ao voto junto da juventude e o seu empenho enquanto professora e dirigente escolar para este resultado alcançado em Braga. Estou em crer que também não faltará à chamada no momento em que precisamos de reforçar os mecanismos de intervenção cívica nesta Casa da Democracia. Saúdo em si, todas e todos os presentes, lembrando, desde já, que nesta longa maratona que nos espera, não há primeiros nem segundos. Há cidadãos e cidadãs, há deveres e direitos em defesa da Liberdade e da Democracia. Bem-haja". Passou-se, depois, ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, que teve início com a apresentação de um **Voto de Pesar**, pelo **Sr. Deputado do P.A.N., TIAGO JORGE MONTEIRO TEIXEIRA**, do seguinte teor: "Por todas as vítimas da guerra Rússia – Ucrânia. Na noite de vinte e quatro de fevereiro, enquanto muitos de nós dormíamos, a Ucrânia sangrou com a invasão russa. Esta invasão ficará manchada nas páginas da nossa história coletiva, porque, como celebrenemente referiu Pepe Mujica "enquanto o ser humano resolver os seus conflitos com*

recurso à guerra continuará a viver na pré-história, por mais avanços tecnológicos que faça." É com profundo pesar para a história Europeia, para a comunidade internacional e para os direitos humanos que, mais uma vez, percebemos que a paz e a estabilidade social nunca estão garantidas. O PAN, como partido que tem nos seus estatutos explícito no seu ponto número um o princípio da não-violência verbal e física, lamenta assim profundamente os atos hostis e bélicos da Federação Russa para com os povos da Ucrânia e manifesta a vontade de que a via diplomática não esteja totalmente inviabilizada. Gostávamos ainda de recordar Maria Montessori que nos lembra que "Apenas quando educarmos para cooperarmos e sermos solidários, estaremos a educar para a paz". Esta educação e lembrança deve ser um trabalho diário de todos nós para que possamos viver na segurança de um mundo cheio de paz. Assim, o Grupo Municipal do PAN propõe que a Assembleia Municipal de Braga delibere realizar um minuto de silêncio em solidariedade pelos povos da Ucrânia e por todas as vítimas desta guerra, com um grande apelo ao restabelecimento da paz". Posto à votação, foi o presente voto de pesar **aprovado por unanimidade, seguido de um minuto de silêncio**. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado da C.D.U., JOÃO JORGE FERREIRA BAPTISTA**, para proceder à apresentação de outro **Voto de Pesar**, que dizia: "Jorge Armando de Oliveira Queirós Amado, nascido em mil novecentos e cinquenta e sete na freguesia de São Sebastião, em Guimarães, escolheu o concelho de Braga para viver e intervir. Professor, licenciado em História e Ciências Sociais pela Universidade do Minho e pós-graduado em Administração Escolar. Professor dedicado a vida inteira, foi diretor do Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches durante quinze anos, até dois mil e vinte, ano em enfrentou a batalha de saúde que viria a resultar no seu falecimento a oito de janeiro deste ano. Homem de grande visão humanista e

progressista do mundo, viu na pedagogia a sua arma e na escola pública a sua principal arena. Batalhou por melhores condições para toda a comunidade escolar da Francisco Sanches, nomeadamente no processo de requalificação daquela escola. Também foi com ele que ficou espelhado o sentido de projeto cultural que o Agrupamento de escolas Dr. Francisco Sanches assumiu durante a sua gestão. Integrar o património dos povos, valorizar as perspetivas de crescimento cultural dos alunos imigrados, aumentar as oportunidades de ligação e coesão social através de projetos solidários ou artísticos, são apenas alguns dos elevados desígnios que cumpriu na sua vida. Jorge Amado foi um dos rostos da intervenção local do PCP e da CDU e da luta em defesa da Escola Pública. Na vida política da cidade, Jorge Amado não deixava a dedicação por mãos alheias, tendo participado ativamente no Conselho Municipal da Educação, como eleito durante vários mandatos na Assembleia de Freguesia de São Victor pela CDU e acompanhando de muito perto a política local no concelho. De uma honestidade e lealdade notáveis, participou até não lhe ser mais possível na última campanha eleitoral autárquica, depois de ter sido, em dois mil e dezassete, o número dois na lista da CDU à Câmara Municipal de Braga, tendo mesmo participado em duas reuniões de câmara enquanto vereador em substituição. Foi agraciado com a medalha de mérito municipal em dois mil e vinte. Encarou a sua última batalha com a coragem, a generosidade, a boa disposição e o otimismo que o caracterizaram em todos os momentos da sua vida. Uma vida cheia de projetos e de realizações, uma vida que marcou a vida de todos os que com ele privaram. O seu legado na Francisco Sanches, na Escola Pública, no seu Partido e no concelho de Braga será sempre motivo de orgulho e regozijo para os que tiveram a honra de o conhecer, e perdurará através do seu exemplo. A Assembleia Municipal de Braga, reunida a vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e dois,

propõe: Um - Um voto de pesar pelo falecimento de Jorge Amado, com o cumprimento de um minuto de silêncio; Dois - Que este voto seja endereçado à sua família, à Direcção do Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches e ao Partido Comunista Português”. Registou-se a intervenção do **SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO VÍCTOR, RICARDO JORGE PEREIRA DA SILVA**, para reiterar tudo aquilo que o Sr. Deputado João Baptista acabou de dizer e, obviamente, reiterar o orgulho da freguesia de São Vítor naquele que foi, de facto, um freguês, um amigo, um companheiro. Foi leal em toda a sua forma de estar para com a freguesia. Foi sempre um bom conselheiro, independentemente das cores políticas que lideravam o executivo da freguesia. Foi, de facto, sempre alguém que teve a retidão moral de ir aconselhando, de acompanhar as matérias e dar os seus conselhos, e isso obviamente é inestimável, é inegável e é absolutamente precioso. Portanto, obviamente que a Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia de São Vítor, com certeza, não poderiam ficar de fora deste voto. Posto à votação, foi o presente voto de pesar **aprovado por unanimidade, seguido de um minuto de silêncio**. Mais um **Voto de Pesar** foi presente, agora pelo **Sr. Deputado do P.S.D., JOSÉ RAÚL DE OLIVEIRA RODRIGUES**, que dizia: “Faleceu no passado dia vinte e um do corrente mês, a Professora e Artista Plástica, Maria de Lourdes Magalhães Sampaio e Castro, Senhora de uma carreira ímpar amplamente reconhecida nacionalmente e internacionalmente. Lourdes Magalhães, como era conhecida, era natural de Fafe e residia em Braga. Licenciada em Artes Plásticas pela Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, foi professora de Artes da Escola Secundária Carlos Amarante, em Braga, onde lecionou durante cerca de quatro décadas, tendo colaborado também com outras instituições de ensino públicas e privadas. Da sua obra artística, evidenciam-se participações em cerca

*de trinta exposições individuais e coletivas, bem como a ilustração de obras literárias. A sua obra, de enorme relevância, está representada em várias coleções particulares, bem como em instituições públicas, no país e no estrangeiro. Lourdes Magalhães, integrou entre outras: A Associação Cultural Lusófona, Irmandades da Fala da Galiza e Portugal e o Núcleo de Artes e Letras de Fafe, desde a sua fundação. Realizou o Projeto do Monumento Comemorativo do Lionismo em Portugal, uma peça escultórica situada num espaço verde da Cidade de Braga. Elaborou o Projeto Pictórico para a Área da Urgência de Pediatria do Hospital de Braga. Em dois mil e doze foi condecorada com a Medalha de Mérito no domínio das Artes Plásticas, pela Câmara Municipal de Braga. Representada em várias coleções particulares, bem como instituições públicas, a destacar: Universidade do Minho, Museu Nogueira da Silva, Câmara Municipal de Braga, Câmara Municipal de Fafe, Hospital de São José - Fafe; Academia Galega da Língua Portuguesa, em Santiago de Compostela e no México e Cuba - Celebração da Fiesta Dei Fuego. Assim, pela sua carreira e dedicação às artes e à docência, com um importante legado para as cidades de Fafe (que a viu nascer) e da cidade de Braga que a acolheu ao longo da sua vida, o Grupo Municipal do PSD propõe que a Assembleia Municipal de Braga, na sua reunião no dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e dois, delibere: a) Aprovar um voto de pesar pela morte da Professora Lourdes Magalhães e apresentar as sentidas condolências à sua família e a todos os que sentem profundamente a sua ausência." b) Observar um minuto de silêncio, em sua devida homenagem". Posto à votação, foi o presente voto de pesar **aprovado por unanimidade, seguido de um minuto de silêncio**. Foi depois presente um **Voto de Condenação**, pelo Sr. Deputado da **INICIATIVA LIBERAL, BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO**, que destacava: "Slava Ukraini – Voto de Condenação*

*pela invasão da Ucrânia pela Federação Russa. Na madrugada de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e dois, a Rússia lançou uma invasão em larga escala na Ucrânia, a partir da própria Rússia, Bielorrússia e Crimeia, tendo os ataques já se espalhado por todo o país, numa flagrante violação do Direito Internacional pela Federação Russa. A agressão russa é um ataque aos valores da democracia liberal, devendo esta ação militar ser veementemente condenada. Devemos igualmente estar solidários com o povo ucraniano vítima deste ataque criminoso do regime autocrático russo. Um ataque a todo o mundo livre. Considerando: a) A resolução apresentada no Conselho de Segurança da ONU para reafirmar o compromisso do Conselho pela "soberania, independência, unidade e integridade territorial" da Ucrânia; b) Que a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Resolução sessenta e oito barra duzentos e sessenta e dois onde se afirma "O compromisso da ONU com a integridade territorial da Ucrânia dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas." e) Que o governo português condenou "este ataque injustificado e lamentável". d) Que Braga está comprometida com os objetivos da soberania, liberdade e democracia. Neste sentido, a IL propõe que a Assembleia Municipal delibere: Um - Condenar a invasão da Ucrânia pela Rússia. Dois - Reafirmar a soberania, a independência política, a unidade e a integridade territorial da Ucrânia dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas. Três - Reafirmar a sua solidariedade com o povo e a República Ucraniana". A este propósito interveio o **SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR, JOÃO PAULO DE CARVALHO VIEIRA**, para referir que entendia que a parte da "democracia liberal" não devia constar, devendo ser a democracia no seu global, no seu geral, porque se não estavam a partidarizar uma questão que não fazia qualquer sentido, pelo que esse termo devia ser retirado. A proposta apresentada foi aceite*

*pelo proponente. Posto à votação, foi o presente voto de condenação **aprovado com seis abstenções**. O Sr. Deputado do P.S., **BRUNO ALEXANDRE ROCHA GONÇALVES** apresentou uma **Declaração de Voto**, referindo que: “Não me abstive por causa da questão da democracia liberal, mas porque colocou no mesmo patamar a Rússia, a Bielorrússia, a Crimeia, e a Crimeia um território disputado, não é um território internacionalmente reconhecido e, portanto, é preciso ter muito zelo nestas questões”. Pelo mesmo Sr. Deputado do P.S., **BRUNO ALEXANDRE ROCHA GONÇALVES** foi apresentado um **Voto de Solidariedade** com o povo ucraniano e de condenação das violações do direito internacional, que salientava:” O Grupo à Assembleia Municipal de Braga do Partido Socialista condena veementemente toda e qualquer violação do direito internacional. Considera, aliás, que no século vinte e um a solução para qualquer visão alternativa, disputa ou desentendimento deve ser o recurso à via do diálogo, da negociação e da diplomacia. Assim, é com um sentimento profundo de condenação que atenta o ataque militar da Federação Russa contra a integridade territorial e soberania da Ucrânia. Acompanhamos o apelo do Secretário-Geral das Nações Unidas para o cessar-fogo e a retirada imediata das tropas russas do território ucraniano. Consideramos, ademais, que esta se trata de uma invasão hostil à vontade do povo ucraniano e refutamos todas as indevidas justificações, bem escrutinadas no último Conselho de Segurança das Nações Unidas, por parte da Federação Russa relativamente a missões de paz na região do Donbas, nomeadamente nas cidades de Donetsk e Luhansk cujas autodenominadas Repúblicas Populares não mereceram, à luz da comunidade internacional, devido reconhecimento à data. Assim, reiteramos que só o quadro do direito internacional, dos acordos internacionais anteriormente estabelecidos e a retoma do caminho para a diplomacia - com a restauração integral da soberania e do*

território da Ucrânia - constituem a possibilidade um futuro pacífico e próspero para a região. É, no quadro dos valores modernos e da humanidade, urgente que a invasão cesse e dê lugar ao espírito de cooperação. Outrossim, apoiamos firmemente e demonstramos toda a solidariedade ao povo ucraniano e, muito em particular, à comunidade ucraniana presente no concelho de Braga. Subscrevemos, integralmente, a mensagem do primeiro-ministro de Portugal e sublinhamos a importância do acolhimento e do apoio a todos aqueles que, decorrentes dos injustificáveis atos de violência, viram as suas vidas ameaçadas e destruídas. Recomendamos, ainda, que no espírito de cooperação entre as diferentes cidades no espectro europeu, o município de Braga se envolva no apoio ao acolhimento de ucranianos ao abrigo do direito à proteção internacional. Estamos todos, enquanto povo do mundo ao abrigo da magna Carta das Nações Unidas, convocados para "unir forças para manter a paz e a segurança internacionais". Posto à votação, foi o presente voto de solidariedade **aprovado com quatro abstenções**. Usou depois da palavra a **Sr^a. Deputada do P.S., SUSANA RAFAELA FERREIRA LEITE**, para apresentar um **Voto de Louvor** com o seguinte teor: "Jorge Ortiga cessou agora o seu múnus pastoral como Arcebispo de Braga, vinte e dois anos depois de ter assumido a titularidade de uma das mais relevantes dioceses da Igreja Católica. Exercendo funções de administrador apostólico até à tomada de posse do seu sucessor, o arcebispo emérito - natural de concelho vizinho - cumpriu com «zelo apostólico» a missão que lhe foi confiada, sendo fácil reconhecer-lhe os esforços que envidou para manter unida a comunidade bracarense, confessional ou não. Jorge Ortiga, nomeado Arcebispo de Braga a cinco de junho de mil novecentos e noventa e nove, com cinquenta e cinco anos, entrega agora ao seu sucessor uma diocese em harmonia, imensurável contributo para a paz social que desejamos e perseguimos

para lá da prática religiosa. Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa durante seis anos, o "Arcebispo de Braga e Primaz das Espanhas" soube sempre relacionar-se com os poderes instituídos, no pleno respeito pela vontade da maioria que comporta o nosso modelo de organização social. Assim, o Grupo do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal propõe um Voto de Louvor pela forma exemplar como Dom Jorge Ortiga honrou a titularidade da Arquidiocese de Braga e soube relacionar-se com os vários poderes instituídos, assim contribuindo para a desejada harmonia social nesta cidade e região". Posto à votação, foi o presente voto de louvor **aprovado com dois votos contra e com quatro abstenções**. Foi presente uma **Declaração de Voto** pelo Sr. Deputado do **B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, realçando que: "O Bloco de Esquerda votou contra este voto porque, de facto, não pode ignorar o espírito mercantilista que norteou a Arquidiocese durante este mandato e não pode esquecer o comportamento da Arquidiocese, não toda, relativamente à estátua do Cónego Melo. Há muitos cónegos Melos, a gente sabe disso, há em todo o lado, nós é que não gostamos dos cónegos Melos, e temos esse direito, e como quem esquece, corre o risco de cair muitas vezes no mesmo erro, nós preferimos não esquecer". O Sr. Deputado do **P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES** tomou o uso da palavra para apresentar outro **Voto de Louvor** que dizia: "Considerando o registo de serviço ímpar de Dom Jorge Ferreira da Costa Ortiga, na qualidade de Arcebispo de Braga, marcado indelevelmente pela preocupação com os mais fracos, fator que sempre priorizou no exercício destas exigentes funções, ao longo de mais de vinte anos. Considerando a sua forte ligação ao nosso concelho, às suas gentes e instituições. Considerando o vigoroso entrosamento por si promovido entre a igreja e a sociedade bracarense. Considerando o pendor social que marcou a sua ação,

sempre ligado às causas que mais dizem aos mais necessitados, promovendo e sendo agente dinamizador dos apoios e respostas de índole social de grande relevância e alcance. Considerando o labor que empenhou na reorganização da própria igreja, dotando-a dos mecanismos adequados à ação que, no terreno, reclamava a sua intervenção. Considerando o prestígio e respeito granjeados e o reconhecimento que todo o concelho tributa ao agora Arcebispo Emérito. Considerando, ainda, que um novo ciclo se abre na Arquidiocese de Braga, onde Dom José Manuel Garcia Cordeiro foi nomeado como novo Arcebispo Primaz de Braga, tendo tomado posse no passado dia doze do presente mês. Considerando que os desafios que se colocam à sociedade bracarense e ao país não dispensam a sempre empenhada atuação da Arquidiocese de Braga. Considerando que Dom José Manuel Garcia Cordeiro apresenta já um percurso distintivo e merecedor de sublinhado, o qual o levou justamente a assumir a liderança de uma exigente Arquidiocese como é a de Braga. Considerando a postura séria e transparente demonstrada na abordagem a temas tão delicados como o da pedofilia na igreja, assumindo, sem rodeios, a condenação por atos hediondos e a vergonha pela sua existência. Considerando que, sem prejuízo do respeito pelos valores republicanos, com o laicismo à cabeça, se não pode ignorar a forte ligação entre a sociedade bracarense e a Igreja Católica, cujos laços se estendem e confundem ao longo da história. A Assembleia Municipal de Braga, reunida em sessão ordinária, no dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e dois, delibera endereçar: Um - A Dom Jorge Ferreira da Costa Ortiga, Bispo Emérito de Braga, um voto de louvor pelo exercício das funções de Arcebispo Primaz de Braga, ao longo de mais de vinte anos; Dois - A Dom José Manuel Garcia Cordeiro as felicitações pela nomeação para Arcebispo Primaz de Braga, desejando-lhe os maiores sucessos”. Posto à votação, foi o presente voto de louvor **aprovado com**

dois votos contra e com cinco abstenções. Seguiu-se a apresentação de um Voto de Saudação, pelo Sr. Deputado do ALIANÇA, JOSÉ CARLOS VAZ DA SILVA, que referia: “Depois do sétimo lugar alcançado para o biénio dois mil e vinte-dois mil e vinte e um, Braga sobe duas posições e ocupa agora o quinto lugar entre as cidades europeias com uma população entre os cem e os trezentos e cinquenta mil habitantes, na categoria de melhor estratégia de atração de investimento direto estrangeiro. A distinção de Braga no top cinco das Cidades europeias do futuro é fruto da nova mentalidade e dinamismo na gestão autárquica, da visão integrada e de futuro que nos trouxe o executivo da coligação Juntos por Braga, em dois mil e treze. A estratégia da InvestBraga, desenvolvida na promoção externa e na captação de investimento para o concelho, é bem-sucedida. Temos assistido à fixação de várias multinacionais no concelho de Braga, à criação de postos de trabalho, sobretudo qualificados em setores tecnológicos e que a par dos setores tradicionais conferem uma maior dinamização económica à região. Para além do crescimento económico, que é necessário, as cidades assumem um papel determinante no desenvolvimento sustentável, que visa permitir que as gerações futuras colham os seus benefícios e proporcionar aos cidadãos uma boa qualidade de vida. A recente distinção do Dr. Ricardo Rio com o galardão "World Mayor" da Sustentabilidade em dois mil e vinte e um, é demonstrador do espírito que a Autarquia tem procurado inculcar na gestão municipal e que pretende "Unir Braga na Sustentabilidade". Num ano tão determinante, em que a incerteza predomina, Braga em Alta é sem dúvida um fator de esperança para as famílias e para as empresas, mas também um catalisador para a afirmação de Braga no plano nacional e internacional. As comemorações do dez de junho, o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, que será celebrado simultaneamente no Reino Unido

*e na nossa cidade, é um brinde aos Bracarenses e ao concelho de Braga, que tem sido apontado como exemplo para Portugal e para os desígnios que o futuro nos deve trazer. Com orgulho em Braga e nos que em Braga vivem e trabalham, o grupo municipal do Partido Aliança, eleito na coligação Juntos por Braga vem propor que a Assembleia Municipal reunida na sua sessão ordinária no dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e dois delibere: Um - Felicitar o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal de Braga, a InvestBraga e todas as empresas, instituições e pessoas, cujos esforços conjuntos resultaram na obtenção dos prestigiados prémios internacionais, "Braga cidade europeia do futuro" e "World Mayor da Sustentabilidade em dois mil e vinte e um". Dois - Dar conhecimento ao Governo e à Assembleia desta felicitação". Posto à votação, foi o presente voto de saudação **aprovado com um voto contra e com trinta e quatro abstenções**. O Sr. Deputado do P.S., **JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, apresentou uma **Declaração de Voto**, referindo que: "O Partido Socialista absteve-se neste voto de louvor, porque não se quer meter numa polémica que realmente fratura mais do que aquilo que une e também acha que ainda não é tempo de felicitar o que quer que seja, porque este mandato começou há alguns meses. Naturalmente agrada-nos que se registem níveis de investimento como aquilo que aqui foi dito, haveremos de ver isso, depois nos relatórios das empresas municipais, mas a verdade, é que esta abstenção serve, por um lado, para não embarcar naquilo que muitas vezes só polemiza em vez de nos unir naquilo que é o mais interessante, mas também não queremos votar contra, aquilo que pode ser o incentivo para que as empresas municipais e o próprio município continuem na senda de trazer mais e melhor progresso para o município. Por isso nos abstivemos". Interveio de seguida o Sr. Deputado do C.D.S., **CARLOS ALBERTO SOUSA DUARTE NEVES**, para apresentar um*

outro Voto de Louvor cujo conteúdo referia: “A Quinta Pedagógica de Braga completou dezoito anos de existência no passado dia vinte e um de janeiro. O seu percurso é pautado pelo cumprimento da Missão e pela trajetória de crescimento sustentado no número de visitantes. Até dezembro de dois mil e vinte e um, a Quinta contabilizou um número impressionante de visitas, perfazendo desde dois mil e quatro um total de quatrocentos e setenta e seis mil quinhentos e vinte e dois visitantes. Uma das fortes razões que levou à criação deste projeto educativo a vinte e um de janeiro de dois mil e quatro numa antiga quinta tradicional minhota, na freguesia de Real, foi o facto de Braga ser uma cidade pujante, com forte crescimento populacional e uma das cidades mais jovens da Europa. A Quinta nasceu a partir da constatação de que as crianças desconheciam os animais, as raças e os ciclos de produção dos alimentos. A sua ligação à natureza e ao meio rural ia-se dissipando ao longo da idade. Assim, para se manter uma ligação à terra, à natureza, aos usos e costumes, às tradições rurais e à valorização dos recursos endógenos, nasceu a Quinta Pedagógica de Braga como centro de formação, sensibilização e experimentação ambiental. Desde a sua criação, a Quinta elencou várias atividades pedagógicas e sensibilizou o público do pré-escolar e básico para uma visita anual à Quinta Pedagógica, proporcionando transporte gratuito com os Transportes Urbanos de Braga (TUB) para dois níveis de ensino às escolas públicas do concelho. A partir de dois mil e treze, a Quinta Pedagógica, diversificou os públicos visitantes, elencando atividades intituladas de "Diferença", para utentes com necessidades educativas específicas e atividades "Amigas do Idoso" dirigidas ao público sénior. A Quinta Pedagógica dispõe atualmente de mais de meia centena de atividades distribuídas para o pré-escolar e primeiro ciclo, da diferença, amigas do idoso, nas áreas da agropecuária, ambiente, olaria, cozinha, arte equestre, artes plásticas e

atividades para pausas letivas. Em dois mil e dez, a Quinta Pedagógica foi distinguida pela primeira vez, com o prémio "Organismo de Serviço Público" nos Galardões da "Nossa Terra". Foi a primeira Quinta Pedagógica a nível nacional registada na Direção Geral de Alimentação e Veterinária e como tal, cumpre os parâmetros de saúde e bem-estar animal em vigor. Faz também parte da rede de Equipamentos de Educação Ambiental ao nível nacional divulgados pela Agência Portuguesa do Ambiente. A partir do ano de dois mil e treze, houve um crescimento significativo de visitas, o qual atingiu o pico em dois mil e dezanove, com quarenta e um mil seiscientos e dezanove visitantes, o dobro da média anual anteriormente registada. Este aumento foi o reflexo de uma forte aposta do Município nas infraestruturas e na diversificação de atividades pedagógicas para vários públicos. A Quinta desde sempre dinamizou diferentes programas de voluntariado e de inclusão para uma ampla diversidade de participantes. Realiza regularmente a doação dos excedentes de produção agrícola a instituições de solidariedade social do concelho, fazendo cumprir também o seu papel na ajuda ao próximo. Acolhe centenas de estágios nas mais diversas áreas de formação, os quais acrescentaram conhecimento e levam consigo experiências ímpares e práticas de grande valor pedagógico. Participa em feiras e certames da especialidade, sendo presença assídua na AGRO e mais recentemente também na Expo animal. A Quinta Pedagógica possui vários instrumentos de divulgação da sua atividade, como seja o website, desde dois mil e quinze (<http://quintapedagogica.cm-braga.pt/>) e a publicação mensal "jornal da Quinta" nos jornais Correio do Minho e Diário do Minho. Partilha também as atividades na sua página do Facebook, onde regista milhares de seguidores. Em dois mil e dezassete obteve do Fundo Ambiental o apoio para a aquisição da sua primeira viatura elétrica. Em dois mil e vinte, contribuiu na componente de educação e

*sensibilização ambiental para o reconhecimento do Município, com a atribuição da Bandeira Verde pela ABAE (Associação de Bandeira Azul). Mais recentemente, é um dos projetos educativos candidatados para as Cidades Educadoras. A Quinta Pedagógica tem crescido sustentadamente, guiada pela sua Missão, pela consistência da Estratégia Municipal, pela Qualidade dos seus Recursos Humanos e suportada numa forte Rede de Parcerias Locais. Tem sabido reinventar-se em cenários imprevisíveis, como o da pandemia da Covid-dezanove e os últimos anos reforçaram o seu forte dinamismo pelo que o futuro se afigura risonho. Trata-se de um projeto ímpar, um repositório vivo, tanto a nível animal como a nível vegetal, constituindo-se cada vez mais como um biospot da biodiversidade no concelho de Braga. É também o epicentro da educação, da sensibilização ambiental e rural, um laboratório vivo do saber-fazer que importa continuar a transmitir ao longo das gerações, com a recriação dos usos, costumes e das tradições. Será sempre um espaço, inclusivo, terapêutico, intergeracional e com a componente de lazer e usufruto para a comunidade. Pelas razões invocadas, o Grupo Municipal do CDS-PP, propõe que esta Assembleia Municipal, reunida em vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e dois, aprove um Voto de Louvor pelos relevantes serviços que a Quinta Pedagógica tem prestado à Comunidade nestes seus dezoito anos de existência”. Posto à votação, foi o presente voto de louvor **aprovado com um voto contra do P.A.N.** O Sr. **Deputado do P.A.N., TIAGO JORGE MONTEIRO TEIXEIRA** apresentou uma **Declaração de Voto** que referia: “Só queria referir aqui a questão do voto contra e explicar um bocadinho porque é que fiz este este voto contra. Estou noventa por cento de acordo com aquilo que o Sr. Deputado Carlos Neves veio aqui referir. Mas existe um grave problema na Quinta Pedagógica, os animais que estão na quinta, quando chegam ao final da sua utilidade, são mandados abater, são*

*transformados em matéria para consumo, isso não faz sentido. Ou seja, a ideologia subjacente ao tratamento animal não pode passar por aí, num sítio pedagógico. Tem mais a ver com isso. É possível que esta quinta sendo aberta a Associações zoófilas com outras visões mais de tratamento animal tenha outras capacidades, outras potencialidades mais subjacentes àquele que é a sensibilidade das das populações e da sociedade em geral, no tempo em que vivemos”. A palavra foi dada à **Sr^a. Deputada do P.S., CATARINA LOURENÇO RIBEIRO** para apresentar um **Voto de Saudação** que destacava: “O doutor José Manuel Garcia Cordeiro, antigo bispo da diocese de Bragança-Miranda, acaba de ser nomeado Arcebispo Metropolitano de Braga. De cinquenta e quatro anos, natural de Angola, de onde veio em mil novecentos e setenta e cinco com a família, o novo titular da Arquidiocese de Braga foi ordenado padre em mil novecentos e noventa e um, tendo sido pároco e formador no seminário da diocese transmontana, capelão do Instituto Politécnico de Bragança e formando do Pontifício Ateneu de Roma, onde se licenciou e doutorou em Liturgia. Reitor do Pontifício Colégio Português em Roma até dois mil e onze, foi ordenado bispo em outubro desse ano, pouco tempo depois de ter sido empossado como académico correspondente da Academia Internacional da Cultura Portuguesa. Em outubro passado, José Cordeiro reuniu em livro, "Caroço de Cereja", as homilias da missa crismal proferidas na catedral de Bragança-Miranda, assinalando os seus dez anos de episcopado. Tendo em conta a fundamental matriz histórico-cultural que a todos nos une e os princípios por que se norteia a Igreja Católica, designadamente a sua intervenção social e cultural, pretende-se relevar, na circunstância, a «grande disponibilidade para servir» que é reconhecida ao novo Arcebispo Primaz. Assim, o Grupo do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal propõe um Voto de Saudação ao nomeado Arcebispo de Braga, ora*

*formulando votos de fecundo e profícuo ministério pastoral, ao serviço da comunidade de fiéis, mas também ao serviço de todos os bracarenses”. Posto à votação, foi o presente voto de saudação **aprovado com seis abstenções**. Seguiu-se a apresentação de uma **Recomendação** sobre a transmissão on-line das reuniões públicas da Câmara Municipal, pelo **Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO**, que dizia: “A pandemia Covid-dezanove trouxe-nos novas formas de trabalho e a possibilidade de se realizarem reuniões de forma telemática, mostrando-nos que podemos comunicar à distância e chegar assim a mais pessoas. Por outro lado, observa-se um crescente afastamento dos cidadãos dos diversos órgãos de poder político, não constituindo o poder local uma exceção. Esta constatação é claramente vincada na elevada abstenção registada nos mais recentes sufrágios eleitorais, não obstante a redução nas últimas eleições. Este cenário não é uma inevitabilidade e devemos encetar todos os esforços para inverter esta tendência, promovendo novos mecanismos de participação e envolvimento dos cidadãos, e que combatam o seu alheamento do debate político; Assim, considerando que: A Câmara Municipal é o órgão executivo do Município a quem está atribuída a gestão dos assuntos municipais; A IL defende a implementação de novos mecanismos que permitam aproximar os cidadãos do debate político, fomentando a aproximação dos Municípes aos processos de decisão; Os cidadãos têm utilizado as novas tecnologias no seu dia-a-dia, de forma continuada e crescente, nomeadamente na pesquisa de informação e construção da vida em sociedade; A transmissão e divulgação on-line das discussões e decisões tomadas pela Câmara Municipal de Braga, é um processo simples e sem impacto orçamental, e que vai contribuir para o fortalecimento da participação cívica nas instituições democráticas do Poder Local, do mesmo modo que já vai sucedendo noutros Municípios. Uma*

maior proximidade entre os Munícipes e os eleitos, quer presencialmente, quer em formato on-line, exponencia uma maior participação democrática no Concelho de Braga. A IL recomenda que a Câmara Municipal passe a: Um - Transmitir as suas reuniões ordinárias e extraordinárias em direto (streaming) através da Internet, nos formatos de vídeo e áudio acessíveis a todos os cidadãos; Dois - Disponibilizar os registos áudio e vídeo das reuniões da Câmara Municipal no sítio da autarquia na Internet e nas suas respetivas redes sociais/Youtube”. Posta à votação, foi a presente recomendação **aprovada por unanimidade**. Foi presente uma **Declaração de Voto** pelo Sr. Deputado do P.S.D., **JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES** que referia que o PSD votou favoravelmente aquela recomendação, porque ela era isso mesmo, era uma recomendação e a Câmara Municipal diligenciaria por cumpri-la, ou não, de acordo com as suas prioridades, sendo certo que sabiam que as reuniões de câmara tinham, por vezes, especificidades que eventualmente não aconselhassem a que essas transmissões fossem feitas de forma tão livre como o que foi ali proposto pelo colega da Iniciativa Liberal. Mas isso era algo que a Câmara devia avaliar. A Câmara já abriu as reuniões de forma normal, coisa que nem todas as Câmaras Municipais faziam e as reuniões do executivo nem sempre eram abertas, e, por vezes, até havia boas razões para não o serem, não por questões de transparência, mas por vezes para que a própria discussão fluísse mais naturalmente sem a pressão normal da mediatização de coisas e causas, que mereceriam outro recato na sua discussão. Portanto, nessa medida e também porque os próprios cidadãos poderiam participar nessas reuniões abertas e porque também os seus direitos deveriam ser acautelados, nomeadamente o direito à proteção de dados, tinha que se ter ali e tinha que se compaginar os vários interesses e direitos que estavam em jogo. Portanto, junto da recomendação, que entendiam e que com ela partilhavam

os objetivos de transparência e de chegada a cada vez mais pessoas e a cada vez mais interessados na atividade do município, queriam também, deixar sempre sublinhado que devia ser algo que o próprio município avaliasse em cada momento se fazia ou não fazia sentido de forma tão aberta e tão generalizada como a Iniciativa Liberal ali deixou, e sempre tendo em consideração os demais direitos de quem estava envolvido nessas transmissões, que podia muito bem ter a ousadia de ir a uma Câmara Municipal, a uma reunião de Câmara dizer qualquer coisa, mas não querer ver publicitada e esplanada por toda a rede da internet, por todo o mundo e por todo o sempre as suas intervenções. Portanto, foi com base nisso, que a sua declaração de voto, sendo positiva, acarretava essas pequenas limitações ou essas pequenas nuances, que deixavam também à consideração do município. Depois foi a vez do **Sr. Deputado do P.A.N., TIAGO JORGE MONTEIRO TEIXEIRA** apresentar outra **Declaração de Voto** no sentido de referir uma coisa muito rápida. Aquela proposta já foi feita no dia quatro de maio ao Senhor Presidente, numa altura em que estavam praticamente todos confinados, em que as transmissões seriam possíveis de efetuar online, visto que até houve algumas reuniões entre os vereadores que foram efetuadas online e, nessa altura, realmente os custos seriam muito mais reduzidos do que agora existia. Realmente a questão que o Sr. Deputado João Marques colocou aqui, e muito bem, a questão do RGD que deveria ser muito bem analisada, mas pensava que esse seria um passo importantíssimo e era uma boa ideia, por isso foi aprovada de forma unanime e, portanto, as boas ideias não tinham cor. Foi presente outra **Recomendação** subordinada ao tema "Solidariedade com o povo ucraniano, pela implementação urgente de medidas para apoio e receção a pessoas refugiadas e de sanções contra a oligarquia russa" pela **Sr^a. Deputada do B.E., SANDRA CRISTINA ANDRADE CARVALHO** que inicialmente saudou a

comunidade ucraniana residente em Braga, neste momento tão difícil que o seu País atravessava, eram muitos os ucranianos que viviam cá e a sua solidariedade para com eles, passando depois a dizer que: “Na madrugada de dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e dois, as tropas da Federação Russa invadiram a Ucrânia. Esta é uma agressão que merece absoluto repúdio do Bloco de Esquerda. Solidarizamo-nos com o povo ucraniano. Solidarizamo-nos com todas as pessoas que se estão a manifestar contra esta invasão um pouco por todo o mundo, e também na Federação Russa, onde centenas de pessoas foram já detidas pelo regime de Vladimir Putin por se oporem à agressão militar contra a Ucrânia. O Bloco de Esquerda considera que Portugal deve aplicar sanções aos dirigentes russos, aos oligarcas seus apoiantes e respetivas empresas internacionais, oferecendo solidariedade política e diplomática à Ucrânia para a preservação da sua integridade territorial e soberania política. Entendemos que o Governo português deve diligenciar para que a Ucrânia possa ter um estatuto de facto congénere ao da Finlândia - de neutralidade respeitada. É numa tal solução, aceitável por todas as partes, que as diplomacias europeias deveriam empenhar os seus esforços, preservando a paz e a segurança na Europa. Todavia, num momento em que a guerra está em curso, é fundamental proteger as pessoas e garantir a sua segurança. Para tal, é necessário criar corredores seguros para quem pretende sair da Ucrânia e é fundamental solidariedade para receber estas pessoas refugiadas. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, em reunião ordinária, realizada no dia vinte e cinco de fevereiro, recomenda à Câmara Municipal: Que esta se disponibilize para receber pessoas refugiadas da guerra na Ucrânia, inclusive menores não acompanhados, assegurando todas as condições para a receção condigna destas pessoas; Colabore para a reunificação familiar das pessoas já residentes no concelho de Braga em colaboração com a

*comunidade ucraniana cá residente bem como com as instituições responsáveis; Que se disponibilize para receber pessoas perseguidas pelo regime da Federação Russa por serem opositores à guerra. Que inste o Governo português a aplicar sanções efetivas à oligarquia russa, revogando e suspendendo a atribuição de vistos gold e congelando e expropriando os bens que detém em território nacional; Que inste as autoridades europeias a tomar medidas efetivas que impeçam o financiamento do esforço de guerra russo, nomeadamente impedindo a utilização do sistema Swift pelo sistema financeiro russo”. Posta à votação, foi a presente recomendação **aprovada com cinco abstenções da C.D.U. e do CHEGA.***

*O Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES usou da palavra para apresentar uma **Declaração de Voto**, referindo que obviamente se reviam na maioria das posições que foram vertidas na recomendação do Bloco de Esquerda. Agora, havia um rol de medidas que foram descritas no final, que só faziam sentido, depois, teorizando, ser uma Assembleia Municipal a fazê-las diretamente ao governo ou ao representante que entendesse necessário, porque as suas competências eram as que eram, não estavam limitados nos seus direitos de propor tudo e mais alguma coisa, mas julgava que o foco central de uma Assembleia Municipal era com as suas competências, era mais o de condenar veementemente aquilo que aconteceu e propor vias de solução genéricas e não tão objetivadas como as do Bloco de Esquerda. De todo modo, reviam-se e, pessoalmente, revia-se em todas aquelas que foram ali apresentadas, mas só para dar aquela nota, que nem todos os Senhores Deputados poderiam, eventualmente, olhar para todas as medidas catalogadas e reverem-se inteiramente nelas e da parte do PSD aquele voto representava, mais uma, vez a adesão ao argumento genérico, aos argumentos que foram ali expandidos e à genérica ideia de que era preciso condenar fortemente a Rússia e a Federação Russa e solidarizarem-se*

com o povo ucraniano. Isso era o que entendiam ser o mais importante. Interveio depois o Sr. Deputado do P.P.M., **PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO** para apresentar mais uma **Recomendação** do seguinte teor: “É com pequenas ideias que se pode mudar a nossa Urbe! Cabe-nos a nós saber ouvir, saber refletir e decidir com Consciência. Os Transportes Urbanos de Braga, tem tido na gestão do Eng.º Teotónio dos Santos, um sucesso na promoção da mobilidade sustentável. A escolha de novas linhas, a modernização da frota, a facilidade de acesso aos títulos de transporte são algumas das medidas que contribuíram para o sucesso desta empresa Municipal! Empresa esta que continua a prosseguir um caminho de vanguarda tendo ainda neste mês anunciado a dotação de internet gratuita em cinquenta autocarros para os utilizadores! Mas os Transportes Urbanos de Braga sabem que têm ainda um grande caminho a percorrer e é por isso que vão continuar a renovar a frota, a construir o novo Parque de Materiais e Oficinas, a criar novos programas e alargamento dos existentes como é o School bus para todos, a tentar experimentar linhas menos convencionais, mas que tenham bons indicadores para que possam ser úteis aos bracarenses e rentáveis aos Transportes Urbanos e alargar a internet gratuita a todos os autocarros até dois mil e vinte e três ! As primeiras linhas de BRT serão também um motivo de esperança para que haja um aumento do número de passageiros progressivos durante as suas aplicações no terreno! Já tive a oportunidade de dizer nesta Assembleia que a solução dos transportes públicos não passa por dificultar o trânsito aos peões, mas sim dotar as redes de transportes públicos de rapidez, conforto e modernidade! Quanto à rapidez, acreditamos que a aplicação do BRT será um fator fundamental e irá provocar um aumento dos utilizadores de Transportes Públicos e julgo, que será fator preponderante para a mudança de algumas mentalidades mais retrógradas que

*consideram que os transportes públicos são o transporte dos desfavorecidos! Hoje em dia, julgo que é consensual que o conforto é imperativo para atrair os munícipes aos transportes urbanos! Já lá vão longe os tempos em que quando nesta Assembleia Municipal, ao ser defendido pelo Dr. Miguel Macedo a necessidade de se dotarem os autocarros de ar condicionado ter sido ridicularizada pela maioria de então! Porque não estudar um novo conceito de paragens de autocarro que conciliem conforto e modernidade? Porque não pensar numa paragem de autocarro que possa através de termostatos e de sensores de movimento, usar sistemas de climatização como são os radiadores elétricos infravermelhos? Porque não pensar em paragens de autocarro com internet grátis para os detentores de passes urbanos ou bilhetes pré-comprados? Porque não dotar determinadas paragens de autocarro de purificadores de ar para atenuar os problemas de poluição originários da localização da própria paragem? Sabe-se que qualquer destes investimentos custa dinheiro, mas também se sabe que o aumento de conforto traduzir-se-á num aumento de utentes e numa atenuação ou anulação dos gastos, além de que não é um investimento que tenha de ser efetuado de uma vez só! Por essas razões, esta Assembleia Municipal reunida em vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e dois propõe a este Executivo que, em parceria com a TUB, Universidade do Minho e InvestBraga, estude a viabilidade concecional e económica deste tipo de paragens de autocarro mais adequadas para o Século vinte e um!”. Posta à votação, foi a presente recomendação **aprovada por unanimidade**. Passou a usar da palavra a **Sr^a. Deputada do B.E., SANDRA CRISTINA ANDRADE CARVALHO** para apresentar uma **Moção** de Saudação ao Dia Internacional da Mulher, que dizia: “Há quarenta e cinco anos, a Organização das Nações Unidas oficializou o Dia Internacional da Mulher, como símbolo das lutas das mulheres operárias em*

várias partes do mundo desde o final do século dezanove. O dia oito de março tornou-se um marco na história da emancipação das mulheres, mas é também um dia para ganhar balanço para a luta pelos direitos que ainda nos são negados. O que começou por reivindicações por direitos de cidadania e do direito ao voto das mulheres firmou-se como o início de muitas lutas que determinaram conquistas marcantes no campo da igualdade de tratamento e de oportunidades. Em Portugal, as mulheres têm hoje direito ao voto sem restrições. Temos direito a interromper a gravidez até às dez semanas. Somos maioritárias no ensino superior, integramos em força o mercado de trabalho e conquistamos a representação política. Quatro décadas de democracia permitiram avanços notáveis na luta pela igualdade entre homens e mulheres, mas persistem desigualdades estruturais em várias esferas da vida que imprimem uma linha divisória entre mulheres e homens e espelham uma teia de relações de dominação cujo fio condutor é o sistema patriarcal dominante. Aqui e em todo o mundo, a opressão secular do sistema patriarcal teima em querer subalternizar as mulheres por sermos mulheres. Permanecem os estereótipos de género que condicionam escolhas educativas e profissionais, a segregação nos cargos de chefia e liderança e a desigualdade salarial que se agrava na reforma. Perdura a desigual repartição no exercício das responsabilidades domésticas e com os filhos, assim como a feminização da precariedade, da pobreza e da exclusão social. Mantém-se a naturalização do assédio e da violência doméstica e continuam a morrer mulheres em relações de intimidade. As mulheres e meninas são vítimas de tráfico, exploração sexual e violação e a justiça machista insiste em desvalorizar a violência, desculpar agressores e responsabilizar as vítimas. Sabemos que estas violências são mais profundas quando se cruzam múltiplas discriminações e por isso esta deve ser uma luta interseccional e internacional. O ano que marca o

vigésimo sétimo aniversário da Plataforma de Ação de Pequim, instrumento internacional de referência para a eliminação dos obstáculos à plena igualdade entre homens e mulheres, confirma o crescimento dos movimentos e partidos de extrema-direita em todo o mundo. Portugal não é exceção e no Parlamento e fora dele, assiste-se ao recrudescimento do conservadorismo e reacionarismo, dos comportamentos racistas, machistas e misóginos que trazem consigo a ameaça do retrocesso de direitos, da igualdade, da solidariedade. Por todas as mulheres e com todas as mulheres, o objetivo da Igualdade exige o combate à cultura machista instalada e a coragem de alterar as estruturas do poder estabelecido, os papéis estereotipados e a opressão sobre as mulheres. A Assembleia Municipal de Braga, reunida a vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e dois, saúda o Dia Internacional da Mulher, celebra as conquistas alcançadas e reafirma as lutas que ainda falta travar”. Posta à votação, foi a presente moção **aprovada por unanimidade**. Registou-se a intervenção do Sr. Deputado do P.S.D., **MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA**, para apresentar outra **Moção** do seguinte teor: “A invasão da Ucrânia pela Federação Russa, iniciada em vinte e quatro de fevereiro último, é uma ação hedionda, injustificada e criminosa, contra um estado soberano, livre, democrático e contra o povo ucraniano que tem todo o direito de escolher o seu destino. A guerra, da exclusiva responsabilidade da Rússia de Putin, representa também um ato infame de agressão à democracia, à liberdade, ao direito à autodeterminação dos povos, aos direitos humanos e à paz mundial, deliberadamente violando as mais elementares normas de direito internacional. A promoção da violência, da destruição, e do medo representa a negação mais abjeta dos valores democráticos e da sã convivência entre os diferentes povos e nações do mundo. O regresso da guerra à Europa simboliza e vivifica um tempo a que ninguém desejaria voltar, ressuscitando fantasmas de um

*passado onde a desunião, a barbárie e a desconsideração pela dignidade do ser humano cravejaram o nosso continente de marcas seculares que só recentemente parecíamos ter superado. Não confundimos a inqualificável insensatez de Putin com a república e muito menos com a vontade do povo da Rússia que, já sofrendo com a invariável estagnação económica do seu país, será ainda mais sacrificado num esforço de guerra que condena os seus filhos à morte e a sua nação ao ostracismo. A Assembleia Municipal de Braga, reunida, hoje, na sua sessão ordinária de vinte e cinco de fevereiro, delibera: Um - Condenar, sem reservas o ato agressivo da invasão e ocupação da Ucrânia por parte da Federação Russa, ordenado pelo Presidente Vladimir Putin. Dois - Expressar a sua forte solidariedade à Ucrânia e ao seu povo. A Assembleia Municipal de Braga expressa ainda o seu antecipado e empenhado apoio a todas as ações do executivo municipal que se venham a revelar adequadas, de auxílio à exemplar comunidade ucraniana residente em Braga, exortando o seu Presidente e todos os demais vereadores a manifestar a disponibilidade do concelho e prontidão do município em receber e acudir aos seus familiares, amigos e conhecidos que, no presente contexto de emergência humanitária, pretendem escolher Braga para fugir aos horrores da guerra”. Posta à votação, foi a presente moção **aprovada com quatro abstenções**. O Sr. Deputado do B.E., **ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA** apresentou uma **Declaração de Voto**, referindo que: “Prende-se com o meu voto, é uma questão de consciência e é evidente que a minha solidariedade com o povo ucraniano é incondicional, mas nesta Assembleia não foi reconhecida a culpa dos governos ocidentais em todo este conflito e, de facto, apesar de ter votado favoravelmente esta moção e todas as outras, porque como disse o meu apoio ao povo ucraniano é incondicional, o próprio Presidente da Ucrânia, hoje, referiu que o abandonaram, que o deixaram a lutar sozinho.*

*Aliás, fez um apelo um bocado patético às pessoas de todos os países do mundo que soubessem pegar em armas, não me parece que isso seja solução. Mas a verdade é que ao terem mandado armas, oferecerem armas à população da Ucrânia, quando sabiam que perante o colosso que é a Rússia, essas armas não serviam para nada, é a mesma coisa que dar uma caixa de fósforos a uma pessoa que está a afogar-se num tanque de gasolina e, de facto, isso é responsabilidade da União Europeia e da NATO e tem de ser sublinhado. Isto não tem só um responsável”. A palavra foi depois dada à Sr^a. **Deputada da C.D.U., SANDRA OLIVEIRA CARDOSO**, para apresentar uma **Declaração Política** em defesa da paz e pelo fim da escalada de confrontação na Europa, que dizia: “Salientando que o agravamento desta situação de confrontação é indissociável do contínuo alargamento da NATO e do reforço do seu dispositivo militar ofensivo junto às fronteiras da Rússia, assim da inserção e instrumentalização da Ucrânia ao serviço da estratégia belicista deste bloco político-militar, expressamos, neste lugar, a nossa profunda preocupação pelos graves desenvolvimentos da situação no Leste da Europa, envolvendo operações militares de grande envergadura da Rússia na Ucrânia, muito para além da região do Donbass, e apelamos à urgente desescalada do conflito, à instauração de um cessar-fogo e à abertura de uma via negocial; Sublinhamos também a premente necessidade de iniciativas que contribuam, efetivamente, para um processo de diálogo com vista a uma solução política para o conflito na Ucrânia, com vista à resposta dos problemas de segurança coletiva na Europa, com vista ao cumprimento dos princípios da Carta da ONU e da Ata Final da Conferência de Helsínquia. Instamos, por fim, em defesa dos interesses e das aspirações do povo português e dos povos de toda a Europa, a que o Governo português atue de forma a favorecer o fim da escalada de confrontação, a solução negociada dos conflitos internacionais, a PAZ e o*

desarmamento, em consonância com a Constituição da República Portuguesa”.

*Foi presente outra **Declaração Política**, agora pelo **Sr. Deputado do P.S., JOSÉ MIGUEL FERREIRA DA SILVA**, que referia: “Cumprimento e saúdo os cento e seis mil oitocentos e doze cidadãos que se deslocaram no passado dia trinta às urnas, em Braga, e que fizeram deste ato eleitoral uma enorme festa da democracia. Sublinhamos que Braga teve uma das menores taxas de abstenção do país - cerca de trinta e cinco por cento - o que só nos responsabiliza ainda mais. Agradecemos a todos os cidadãos que se mobilizaram para as mesas eleitorais, quer no dia das eleições, quer no dia de voto antecipado, expressando o reconhecimento pelo bom funcionamento do processo eleitoral para que o ato decorresse de forma tranquila e acima de tudo segura. A nós, Partido Socialista, partido fundador da democracia, cabe-nos reconhecer a importância e o envolvimento dos cidadãos neste ato e por isso manifestamos aqui o nosso agradecimento a todos quantos contribuíram para que isso fosse possível. Expresso, também, em nome do PS, um agradecimento aos quarenta e dois mil oitocentos e sessenta e oito eleitores que expressaram a vontade para que a vitória do PS em Braga fosse clara. O Partido Socialista não pode deixar de manifestar neste Órgão, Assembleia Municipal, a casa da cidadania Concelhia, a sua congratulação e o agradecimento público aos Bracarenses, por terem mostrado de forma inequívoca ser a força política merecedora da sua confiança para Governar Portugal. Governar Portugal com maioria absoluta, de forma a implementar as suas ideias políticas no quadro da modernidade das sociedades civilizadas em transição permanente para um modelo de sociedade mais justo; mais fraterno; mais solidário e equitativo; onde os direitos à liberdade e à igualdade de oportunidades sejam evidências e não figuras da retórica corrente no uso do verbo do discurso político. Governar Portugal com maioria absoluta*

para que não haja mais dúvidas sobre a legitimidade concedida de forma tão expressiva, de uma forma transversal por todo o País, com prioridades políticas claras: A defesa do direito à habitação condigna; O direito ao trabalho com direitos, com particular enfoque para a melhoria da qualidade de vida social e familiar; Uma contínua aposta numa agenda climática e numa agenda social de progresso; A defesa intransigente das diversas condicionantes ao envelhecimento com dignidade; com qualidade de vida; mas, sobretudo, com esperança. A coabitação entre o setor público e o setor privado em todas as valências sociais e empresariais; A implementação de políticas de diálogo e de entendimento entre interesses distintos garantes da estabilidade social. A transição para a era digital com enfoque na modernização administrativa do Estado e de todos os seus serviços. A defesa da biodiversidade sustentável e da preparação social para os ajustamentos necessários às alterações climáticas, a sua estabilização e possível reversão nos domínios da proteção florestal, agrícola, marítima, e de relação harmoniosa entre as pessoas e o meio; A articulação com a União Europeia e através desta a construção de um novo mundo mesmo no atual cenário de instabilidade internacional onde a geoestratégia predomina em detrimento da vida das pessoas. O Partido Socialista com uma maioria absoluta abre uma janela de esperança num horizonte que alguns preconizavam de sombrio para Portugal, mas também para todos os nossos conterrâneos Bracarenses, como parte integrante de um todo coletivo nacional que queremos mais felizes e com qualidade de vida. Todos conhecemos as incongruências Concelhias, tanto no tecido urbano como suburbano e rural. Todos conhecemos as aspirações e anseios das populações que representamos. Todos conhecemos as necessidades locais para a fixação das populações nas suas freguesias e dos jovens no seu Concelho. Todos sabem o que queremos e o que não queremos por reflexo nas

divergências ideológicas sobre a arquitetura social local, mas também sobre a arquitetura infraestrutural do espaço. Mas também sabemos, e sobremaneira, de que não é com propaganda e uma mão cheia de promessas que se consegue melhorar a qualidade de vida dos Bracarenses e de todos aqueles que procuram em Braga o seu emprego; a sua escola; a sua habitação; fazer a sua vida! O Partido Socialista apresentou ao eleitorado um programa eleitoral abrangente e um Orçamento Geral do Estado assim como um Programa de Recuperação e Resiliência. Conhecidos e reconhecidos os documentos na votação clara que colheu do eleitorado, mas também na recuperação da credibilidade política necessária, importa não perder esse capital maior, com falácias Concelhias e políticas locais rotineiras de vão de escada, porque a ética e a seriedade na política são valores maiores difíceis de conquistar, mas demasiado fáceis de perder. Importa recordar a arrogante afirmação de uma deputada e ex-vice-Presidente do PSD que sobre as eleições legislativas disse do alto da sua ciência política: "o que falhou foi o povo". Pois bem, o povo não falhou. O povo votou e respondeu com uma grande lição democrática, mas acima de tudo com uma grande lição de responsabilidade e de maturidade cívica contribuindo para a redução do abstencionismo no nosso país. Mas o curioso é que esta não foi só a resposta às arrogantes afirmações da senhora deputada. Foi a resposta a outros políticos - tantos; outros analistas - tantos; outros comentadores - tantos. O povo votou e disse não a uma mais que eventual coligação silenciosa do PSD com a extrema-direita xenófoba, racista, antifeminista e que acredita na restrição dos direitos e das liberdades de cada um, dos que aqui estão nesta sala, dos que vivem neste concelho e que vivem no nosso país. O povo português mobilizou-se e deslocou-se às urnas para conceder a maioria governativa estável que o PS pediu, mas sobretudo para dizer que queria continuar na estrada do progresso e que

queria continuar no caminho da estabilidade social e económica. O povo votou e disse: sim, não queríamos esta crise; sim, não queremos mais crises; sim, o governo do PS fez um bom trabalho e reconhecemos a boa governação em tempos muito duros e muito difíceis que a pandemia nos impôs; O povo votou e disse: sim, à subida do salário mínimo; sim, à subida do salário médio; sim, ao SNS tendencialmente gratuito; sim, ao aumento das pensões; sim, ao IRS reduzido para jovens; sim, ao investimento na ciência e na educação; sim, ao desenvolvimento; sim, à coesão territorial. O povo votou e disse: Sim, juntos seguimos e juntos conseguimos!”. Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado do CHEGA, JOÃO PEREIRA GOMES, para noutra Declaração Política revelar que: “É curioso, já passaram duas horas e meia, excetuando a meia hora do público, nenhum outro assunto foi realmente interessante para os munícipes e para a cidade. Vamos então avançar e, se me permitem, gostaria de me dirigir ao Senhor Presidente da Câmara. Mas antes duas notas prévias, a primeira é que realmente este Regimento tem que ser alterado, porque tem que haver a obrigatoriedade de o Senhor Presidente da Câmara responder às questões levantadas pelo público e pelos Deputados Municipais. Uma segunda questão, que tem a ver com a transformação que verifiquei ao longo destes últimos anos do Senhor Presidente da Câmara, que no primeiro mandato, cheguei a elogiar a proximidade que tinha com as pessoas e o tempo foi passando e o afastamento foi notório. Posto isto e sobre as questões que vou colocar ao Senhor Presidente da Câmara, já as coloquei por escrito e foi deselegante a forma como me respondeu. No entanto, gostaria de levantar algumas questões, a primeira é perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se vai responder às questões que o público colocou aqui, que é importante. Relativamente às perguntas que coloquei, vou voltá-las a colocar: a primeira, foi referido na primeira Assembleia que o muro de Fujacal

iria brevemente ser construído. Passaram três meses e nada se sabe, para quando a resolução desta situação? Segunda questão, que também foi colocada na ordem do dia, já agora um pequeno pormenor, o Senhor Presidente da Câmara deve ter conhecimento do Regimento e sabe que as questões que são colocadas na ordem do dia deveriam ser respondidas. Uma outra questão que colocamos foi quanto paga a RUM pela utilização dos vários espaços utilizados no Gnracion? Uma terceira questão, qual o valor das rendas pagas pelos órgãos de comunicação social que estão instalados no Forum e quem são. Uma quarta questão, no orçamento para dois mil e vinte e dois, verifica-se a existência das rubricas outros bens no montante de um milhão quatrocentos e catorze mil euros, com um aumento de duzentos e oitenta e dois mil euros e uma outra rubrica, outros trabalhos especializados, no montante de um milhão e vinte e três mil euros, com um aumento de duzentos e sessenta e oito mil euros, relativamente ao ano transato, sem a devida explicação e correspondente necessidade, pelo que, solicitámos, mais uma vez, a informação sobre as mesmas. A acrescer a estas, houve mais uma situação que detetei e realmente estou surpreendido com o abandono a que determinadas áreas da cidade são levadas pelo executivo. Estou a referir-me aos passeios, se forem, por exemplo, à rua trinta e um de janeiro, os passeios estão indecentes. Um munícipe falou aqui, que são pequenas obras de reparação, que efetivamente são valores pequenos tendo em conta as grandes obras que se têm feito e que está previsto fazer este este mandato. Mas há uma situação que é grave, junto à BP, quem vai para Dume, logo a seguir tem do lado esquerdo uma rua que vai dar à via rápida, o passeio que depois a seguir dá acesso para o bairro que ali está, esse passeio está cheio de lombas e é completamente impossível uma pessoa de idade andar à vontade. Já aconteceu pessoas que caíram lá para a estrada e estiveram para ser atropeladas. Portanto,

*o que peço é que haja mais atenção relativamente a estes pequenos pormenores que certamente não custa muito”. A Sr.^a. Deputada do P.S.D., ANA MARGARIDA SARMENTO MANSO DA SILVA MACIEIRA, apresentou mais uma **Declaração Política** que dizia: “No passado dia seis de fevereiro de dois mil e vinte e dois, a Seleção Nacional de Futsal sagrou-se bicampeã da Europa ao vencer a Rússia por quatro a dois, num campeonato europeu marcado pela persistência, resiliência e espírito de equipa, a nossa seleção provou, uma vez mais, toda a sua qualidade e talento. Este resultado é fruto de um trabalho de décadas desenvolvido pela Federação Portuguesa de Futebol e comandado de forma brilhante pelo selecionador nacional Jorge Brás e toda a sua equipa técnica. Depois do Europeu de dois mil e dezoito e do Mundial dois mil e vinte e um demonstrámos que com um trabalho estruturado, investimento, planeamento e talento é possível continuar a conquistar títulos, uma competição marcada por sucessivas reviravoltas, pelo acreditar tipicamente português que é possível fazer mais e melhor pela luta constante dos nossos atletas, com esta vitória com traços de odisséia conseguimos atingir o feito anteriormente conseguido pela Espanha ao conquistar dois Europeus e um Mundial de forma ininterrupta. É com muita expectativa que aguardamos pela vitória no próximo Mundial. Nesta senda, os eleitos do PSD, louvam os atletas e a equipa técnica da seleção nacional de futsal que se sagrou bicampeão da Europa, enaltecendo o timoneiro deste caminho, o técnico Jorge Brás, residente em Braga, o bracarense e treinador adjunto Pedro Palas e os jogadores do Sporting de Braga Fábio Cecílio e Tiago Brito”. Passou-se à apresentação da **ORDEM DE TRABALHOS: PONTO NÚMERO UM – APROVAÇÃO DAS ATAS DO XIII MANDATO NÚMERO TRÊS BARRA DOIS MIL E VINTE E UM, DE TRINTA DE DEZEMBRO E NÚMERO QUATRO BARRA DOIS MIL E VINTE E DOIS, DE 7 DE JANEIRO.***

Submete-se à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do número dois, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a atas do décimo terceiro Mandato número três barra dois mil e vinte e um, referente à sessão ordinária de trinta de dezembro e número quatro barra dois mil e vinte e dois, referente à sessão extraordinária de sete de janeiro. Postas à votação, foram as referidas atas aprovadas por unanimidade. PONTO NÚMERO DOIS – INFORMAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO DO MUNICÍPIO DE BRAGA – PRIMEIRO SEMESTRE DE DOIS MIL E VINTE E UM (PARA CONHECIMENTO). Para conhecimento da Assembleia Municipal, apresenta-se o Relatório do Auditor Externo do Município de Braga, relativo ao primeiro semestre de dois mil e vinte e um, nos termos do preceituado na alínea d), número dois, artigo septuagésimo sétimo, da Lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro, que se dá por reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao livro de atas. Neste ponto da ordem de trabalhos começou por intervir o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO, para destacar que quanto àquele ponto, a Iniciativa Liberal apenas queria salientar um conjunto de observações que tinham sido sistematicamente apontadas pelo auditor e precisamente pelo facto de ainda não ter sido dada resposta, continuavam a ser mencionadas no parecer, nomeadamente continuavam a subsistir dificuldades no reconhecimento dos rendimentos resultantes das vendas e prestações de serviços e taxas específicas, devido à existência de diversas subcontas designadas como outros, dificultando o cruzamento com as listas de faturação. Ou seja, essas subcontas funcionavam como uma espécie de buraco negro, cabia lá tudo. Por outro lado, o Município continuava a não utilizar na íntegra a aplicação específica, sistema de processos

de obras, desenvolvida para a gestão de processos, a fim de garantir uma boa gestão, a fim de melhorar o controlo das taxas específicas do Município, a nível de loteamentos e obras. Colocava-se então a questão, quando se perspetiva a resposta a essas questões que iam sendo suscitadas pelo auditor? Depois usou da palavra o Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA, para pedir ao Senhor Presidente da Câmara, que naqueles pontos ou aquando do ponto previsto para as informações, lhes explicasse melhor aquela dívida de vinte e três milhões de euros à Agere, que os surpreendeu e os preocupou. O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO interveio para esclarecer, que em relação às questões levantadas pelo Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, obviamente que em qualquer sistema contabilístico, havia rubricas residuais que agregavam valores que não estavam alocados às outras classes e isso, obviamente, poderia ser consultado de forma discriminada junto dos serviços, como foi feito, inclusivamente, no esclarecimento solicitado pelo Deputado Municipal do Chega, que recebeu a resposta a todas as questões. E, portanto, no tempo em que o conheci, ele também sabia ler e na altura teria capacidade de digerir a informação que lhe foi prestada. Relativamente à questão do Sr. Deputado do Bloco Esquerda, como era sabido, o Município de Braga não celebrava contrato-programa com a Agere desde dois mil e doze, porque foi alterado o enquadramento legal que exigia a informação para poderem celebrar esse mesmo contrato-programa que teve a ver, primeiro com o regulamento municipal de serviços prestados pela Agere e que já foi aprovado, há já alguns anos e, por outro lado, o contrato de gestão delegada que teve várias interações com a ERSAR e que esperavam, ainda neste primeiro trimestre, poder submeter aos órgãos municipais. Sem esses dois documentos aprovados, não era possível

celebrar o contrato-programa, o que não queria dizer que a Agere não estivesse a prestar os serviços públicos inerentes a esse mesmo contrato-programa. E aquilo que o contrato-programa financiava todos os anos eram os serviços públicos que assumidos pela Agere e prestados ao Município. Era um valor, sensivelmente, entre três a quatro milhões de euros por ano, dependia dos anos e dependia obviamente da contabilização que fosse feita, e portanto, como não houve contrato-programa até hoje, desde dois mil e doze, o que a Agere considerava era que esse valor lhe era devido. Portanto, como dizia o auditor no parecer que foi emitido, isto não era assim linear, porque obviamente estaria sujeito sempre a uma tramitação que seria submetida aos órgãos respetivos inerentes, nomeadamente ao Tribunal de Contas, para viabilizar essa transferência. Agora, o que era inequívoco, era que todos os anos a Agere nunca deixou de prestar o serviço público que deveria ser contratualizado e que não foi.

PONTO NÚMERO TRÊS – RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA, RELATIVOS AO PRIMEIRO SEMESTRE E TERCEIRO TRIMESTRE DE DOIS MIL E VINTE E UM (PARA CONHECIMENTO). Para conhecimento da Assembleia Municipal, apresentam-se os relatórios de execução orçamental dos Transportes Urbanos de Braga, E.M, nos termos previstos na alínea a), do número dois, do artigo vigésimo quinto da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, relativos ao primeiro semestre e terceiro trimestre de dois mil e vinte e um, que se dão por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

PONTO NÚMERO QUATRO - RELATÓRIOS TRIMESTRAIS DAS EMPRESAS MUNICIPAIS, RELATIVOS AOS SEGUNDO E TERCEIRO TRIMESTRES DE DOIS MIL E VINTE E UM E INFORMAÇÃO DO FISCAL ÚNICO RELATIVA AO PRIMEIRO

SEMESTRE DE DOIS MIL E VINTE E UM (PARA CONHECIMENTO). Para conhecimento da Assembleia Municipal, apresentam-se os relatórios de execução orçamental das Empresas Municipais, nos termos previstos na alínea a), do número dois, do artigo vigésimo quinto da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, relativos aos segundo e terceiro trimestres de dois mil e vinte e um, bem como a informação do Fiscal Único sobre a situação económica e financeira, relativa ao primeiro semestre de dois mil e vinte e um: a)- *Theatro Circo de Braga, E.M., S.A.*, b)- *IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M.*; c)- *AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M.*; d)- *BRAGABABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.* Os mencionados documentos dão-se por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **PONTO NÚMERO CINCO – REGULAMENTO DO PROVIDOR MUNICIPAL DOS ANIMAIS.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), número um, do artigo trigésimo terceiro e da alínea g), número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a proposta do Executivo Municipal, aprovada na reunião de oito de fevereiro do ano curso, relativa ao Regulamento do Provedor Municipal dos Animais, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Colocado à discussão, começou por usar da palavra o **Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO**, para dizer que: “A Iniciativa Liberal é francamente favorável à criação desta entidade no Município de Braga e no trabalho que pode ser desenvolvido em prol do bem-estar animal. Efetivamente, esta também é uma preocupação dos liberais. No entanto, temos de ter presente que no Município já existe um provedor, o Provedor do Município. Não podemos esquecer que antes do

animal está o indivíduo. Foi de louvar, em dois mil e treze, que o Presidente Ricardo Rio tivesse criado o Provedor do Município. Recordo ainda, as propostas neste sentido no consulado de Mesquita Machado, as quais nunca foram aceites. Ainda bem que em dois mil e treze avançou neste sentido. Este pode ter um papel central na defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e na melhoria do funcionamento dos serviços públicos. Acontece que o Provedor tem sido uma figura apagada sem o destaque e o relevo que merecia. Estou em crer, que os bracarenses não sabem da sua existência, não sabem que podem recorrer ao Provedor, quando tem um problema efetivo, que não tem resposta por parte dos serviços. Os bracarenses precisam de um Provedor do Município que ouça efetivamente as pessoas e que tenha o poder e a capacidade de junto dos serviços, junto da Câmara Municipal, junto das empresas municipais, pedir a informação necessária à solução dos problemas das pessoas, acompanhar esses casos, receber queixas e reclamações e fazer sugestões concretas de melhoria dos serviços. Não podemos esquecer que esta figura pode contribuir para uma maior consciencialização dos serviços municipais, para uma melhoria contínua de procedimentos internos e, conseqüentemente, para uma melhor capacidade de resposta, nomeadamente, no que respeita ao atendimento e interface com o município, mas por forma a que as suas queixas e reclamações sejam tratadas de forma mais próxima e expedita. Assim, a Iniciativa Liberal apela a uma reforma desta figura, com o objetivo de robustecer a sua intervenção e proximidade a todos os cidadãos. Por outro lado, quanto ao regulamento aqui em análise, estamos na generalidade de acordo com o proposto, tendo apenas uma sugestão, um aditamento ao artigo relativo à transparência que poderia ter a seguinte redação: transparência, como princípio basilar da sua atuação, o Provedor dos Animais deve publicar de forma a que os munícipes tenham acesso a todos os

documentos de relevância nas suas funções, nomeadamente, o plano de atuação e Relatório de Atividades”. Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado do P.A.N., TIAGO JORGE MONTEIRO TEIXEIRA para, a propósito, dizer que: “Era óbvio que o P.A.N. tinha que vir aqui. É uma pena que o nosso estimado Vereador responsável não esteja cá, mas ele certamente vai ouvir com atenção aquilo que tenho para lhe dizer: É de facto bom ver discutir nesta casa da democracia um conjunto de temas que até agora pareciam completamente afastados das decisões políticas e que iam sendo resolvidos a reboque dos acontecimentos. É também este o efeito P.A.N. e sim com muito gosto que o P.A.N. vê a disponibilidade do atual executivo de apresentar na nossa Assembleia Municipal esta medida que vemos com tão bons olhos e foi para isso que nos disponibilizamos diretamente no período de consulta pública para tornar esta proposta mais completa e mais direcionada para os desafios e necessidades de uma cidade com a dimensão de Braga. Mas desenganem-se, neste documento que hoje aqui analisamos, está ainda distante de uma proposta integral do P.A.N. Analisando a redação final do documento, verificamos que muitas das ideias lançadas para o documento pelo P.A.N. não foram aceites, e isso é normal, não me interpretem de forma errada, mas grande parte das sugestões, têm uma visão integrada complementar ao documento original e traria uma clara mais valia à proposta final, que agora iremos votar. Desde logo, os critérios de escolha da figura do Provedor e/ou eventuais candidaturas ou cargos têm de ser objetivos, claros e transparentes, e isto ficou ausente do documento. A questão da remuneração da figura do Provedor, obviamente, é outra das divergências que encontramos relativamente a este momento, visto que estamos a falar de um cargo que para ser corretamente representado, irá acabar por ser necessário dedicar muito tempo, e que, recorrendo apenas a tempo voluntário, nos parece tanto uma limitação como um

possível problema a médio e longo prazo. Passando ao dever de colaboração das entidades municipais, verificamos que existe uma relutância real em colocar em prática um conjunto de procedimentos que permitam melhorar a eficiência do cargo, nomeadamente a rejeição de se colocar um prazo máximo aceitável para a resposta às solicitações da figura do Provedor. Ainda neste ponto, temos que tornar público que foram rejeitadas um conjunto de ideias que nos parecem descabidas terem sido deixadas de fora. Não é muito fácil interpretar o porquê de o Provedor nos seus relatórios de atividade não poder assinalar deficiências na regulamentação municipal do bem-estar animal, emitindo recomendações para a sua interpretação, alteração ou revogação. Ainda estranho, muito estranho, que o Provedor não seja diretamente constituído como parte interessada, aquando qualquer matéria legislativa municipal, ou medidas tomadas que visem o bem-estar animal. Levado ao limite, isto significa que a figura do Provedor não poderia, por exemplo, contribuir ativamente para a elaboração do regulamento do bem-estar animal do Município, documento esse que ainda está na gaveta. Rematando assim o tema parece-nos, no geral, que estamos a dar passos na diagonal. Ter alguém no município dedicada ao tema animal é ótimo, representa a evolução da sensibilidade que a sociedade demonstra sobre o assunto, mas uma figura designada, que tem desde o início do seu poder de iniciativa quartado terá que sacar coelhos da cartola e ser original para ultrapassar o facto de não ser pago, não ter voz e da sua opinião ser relativizada. Gostaria ainda de fazer dois reparos, o primeiro para o Executivo que lançou esta notícia nos órgãos de comunicação social, dizendo que não tinha recebido contributos das associações. Existem associações que podem não ter disponibilidade para apoiar a tecnicidade de um regulamento, mas estão sempre dispostas a substituírem-se ao Estado e ao Município para apoiar os animais errantes da cidade, pelo que as mesmas devem

ser, sempre que possível, mais acarinhados pelos dignos governantes desta cidade. Ainda assim, pela experiência de contactos e de terreno que temos com estas mesmas associações, e muitos particulares que diariamente dignificam os animais de Braga, muitas das propostas que apresentamos vão de encontro às suas preocupações e sugestões. O segundo reparo, vai direccionado para os estimados Vereadores do Partido Socialista, Artur Feio e Hugo Pires, o primeiro, porque na apresentação da proposta em reunião do Executivo, ficou muito indignado com o mesmo ter roubado a ideia ao Partido Socialista; o segundo, porque durante a campanha eleitoral referiu repetidamente que esta era a grande ideia do PS para a área animal. Junta-se tudo e quantos contributos? Zero. Fica assim aqui demonstrado que para defender verdadeiramente a causa animal só existe um partido e esse é o P.A.N. Iremos assim votar favoravelmente este regulamento, ansiando por uma designação do Provedor para breve, transparente e livre de conflitos de interesses”. Interveio depois a **Sr^a. Deputada do B.E., SANDRA CRISTINA ANDRADE CARVALHO**, que começou a sua intervenção com uma pequena história: *“Quando era criança e morava aqui no centro da cidade, a casa tinha atrás um daqueles jardins de centro da cidade, onde costumavam existir alguns gatos e havia uma das vizinhas que não apreciava particularmente a existência desses gatos e uma das vezes escaldou um desses gatos, que ficou com uma ferida permanente nas costas e não sendo isso suficiente, houve uma outra vez, que matou um gato, esquartejou-o e atirou-o para o nosso quintal. Nunca me esqueci disto até hoje, nem me esqueci nunca da naturalidade com que isto parecia ser encarado há quarenta anos. Ainda bem que os tempos mudaram e que certamente nos causa repulsa a todos nós, imaginar que atos destes podem passar com impunidade e, portanto, acho que é positivo que estejamos a caminhar para uma sociedade, que cada vez mais não vê como*

aceitável que os animais sejam simples coisas e que possam ser tratados como coisas e que consideremos que os animais são seres de direitos e que devem ser bem tratados e devem ser cuidados. Portanto, ainda bem que estamos a evoluir nesse sentido, que já não achamos que é aceitável tratar os animais com essa crueldade e que consideramos que é bom e positivo também que existam políticas públicas para apoio aos animais e para apoio a quem cuida deles. É necessário que existam e continuem a existir políticas de esterilização de animais de Apoio aos Animais Comunitários, que haja pessoas que se dispõem a passar o seu tempo cuidando dos animais, seja da questão dos animais que se encontram na cidade, seja dos que estão no centro de recolha oficial, mas é também necessário que se faça muito mais. Por princípio, não temos nada contra a existência do Provedor de Animais, muito pelo contrário. A questão é o que esse Provedor vai fazer e que meios é que vai ter, para levar a cabo a sua missão, porque certamente que todos gostaríamos que efetivamente possa haver um Provedor de Animais que faça alguma coisa e que não seja apenas mais um título, tipo Best Provedor de Animais da Europa, que certamente será muito giro, mas não vai mudar nada. Portanto, aquilo que efetivamente é necessário é que este Provedor possa ter meios para que possa implementar a sua missão, para que as pessoas possam fazer as denúncias que sejam necessárias e para que os animais que não têm voz, mas que merecem ser cuidados possam, efetivamente, ter as respostas de que necessitam, para que possa haver as políticas de adoção que são necessárias e para que possa haver o devido acompanhamento dos animais que é necessário. Isso é o que nos preocupa e é aquilo que gostaríamos de ver a acontecer. Gostaria de deixar uma última palavra para todas as pessoas que todos os dias empenhadamente apoiam os animais, dão de comer aos animais, cuidam deles, os esterilizam. As pessoas individuais e das várias associações que apoiam os animais que vão ao CRO

*cuidar deles, que vão ao CRO passear os animais e para quem possa estar interessado em ter animais, há muitos animais para adotar, não é necessário comprar animais e ainda bem que caminhamos no sentido de podermos ter uma sociedade mais decente, relativamente aos animais. Esperemos que este Provedor possa fazer alguma coisa decente também pelos animais”. Foi dada a palavra ao **Sr. Deputado do P.S., JOSÉ MIGUEL FERREIRA DA SILVA**, para revelar que: “A relação afetiva entre as pessoas e os animais tem sido valorizada, reforçada e acima de tudo estimulada. Hoje a maioria das famílias como é sabido, gosta de conviver com um ou mais animais de companhia e obviamente lhe proporcionar o bem-estar de que tem direito. Nestes últimos anos em matéria de bem-estar animal o Partido Socialista e o governo têm desenvolvido e concretizado políticas efetivas e medidas de apoio e estímulo às autarquias para que localmente estas também proporcionem soluções que potenciem e salvaguardem o bem-estar animal. O grupo do PS na Assembleia Municipal de Braga saúda por isso a proposta de regulamento do provedor municipal dos animais e felicita a forma participada de consulta às associações representativas do setor com que o processo decorreu. Contudo, reconhecendo o mérito que assiste à referida iniciativa, atribuindo ao titular deste cargo a missão de defesa do bem-estar animal, promovendo uma atuação mais eficaz e coordenada, nomeadamente através do acompanhamento da atuação dos poderes públicos no cumprimento da legislação aplicável, não podemos deixar no entanto de referir que esta foi uma medida lançada impulsionada pelo Governo do PS, aprovada em Conselho de Ministros a vinte e cinco de março de dois mil e vinte e um com o objetivo de prosseguir uma visão que alicerce a melhoria da política pública, em matéria de bem-estar animal, saúde pública, segurança e tranquilidade das nossas populações. Mas a população bracarense quer, exige mais do Município*

de Braga em relação ao bem-estar animal. A autarquia deve por isso, no tocante aos animais de companhia concretizar políticas efetivas que de uma forma harmoniosa conciliem a qualidade de vida dos animais o meio em que estes se inserem, mas também, a liberdade de quem por esta ou aquela razão não opta por ter animais de companhia nomeadamente na identificação, vacinação, redução do abandono, esterilização e medidas para promover a adoção. Nas eleições autárquicas de dois mil e vinte e um, o PS propunha criar parques caninos nas zonas verdes dos bairros urbanos e simultaneamente a remodelação do canil municipal, de forma que se lhe conferir um perfil de parque zoológico integrado em zona verde, garantindo assim, o bem-estar animal e o descanso da vizinhança. Neste contexto, é também extremamente importante reforçar a monitorização das aglomerações de animais errantes, promovendo uma política eficaz, de recolha e adoção responsável. Também nesta vertente, é fundamental a colaboração das associações de proteção animal, sedeadas em Braga, e que ao longo do tempo muito têm contribuído para executar um grande conjunto de medidas que combatem o abandono e os maus tratos aos animais. Termino, recomendando que o município de Braga através da empresa municipal Agere e também do Centro de Recolha Oficial intensifique ações de sensibilização contra os maus tratos a animais, de apoio à sensibilização para os benefícios da esterilização de animais de companhia entre outros. Contudo, achando o PS que este é o caminho para que se dê um passo em frente na política do bem-estar animal votará favoravelmente esta proposta de regulamento. Respondendo também aqui de forma rápida ao Sr. Deputado do P.A.N., que tentou de alguma forma desvirtuar aquilo que era o conceito desta discussão e tecer aqui acusações ao PS na pessoa também dos seus vereadores, dizer que o PS nunca abandona aquilo que são as suas responsabilidades e também as suas funções e o PS precisamente vem aqui

dizer que o que está aqui em causa é a discussão de um regulamento do Provedor do Animal, portanto, um documento de cariz mais técnico e não aquilo que são as políticas do bem-estar animal, porque quanto a isso, quanto àquilo que é o próprio regulamento, já aqui viemos dizer que votaremos favoravelmente”. A **Deputada do P.S.D., SOFIA PATRÍCIA TRAVASSOS DE FREITAS ALCAIDE**, usou da palavra para salientar que: “Em primeiro lugar, cumpre saudar a proposta do Executivo Municipal neste sentido, o que vem demonstrar que a coligação está atenta às novas causas e que essa não é uma causa exclusivamente de um partido, mas sim de vários quadrantes políticos, no qual a coligação se enquadra e que faz todo o sentido trazer aqui a discussão, a criação desta figura a nível municipal. Relativamente à sugestão do P.A.N. no que toca à remuneração da figura do Provedor, politicamente entendemos a preocupação do P.A.N., relativamente à remuneração e à dificuldade que é encontrar quadros com capacidade ou com grande notoriedade na área, que não seja remunerada e é por isso que, que se procura com este regulamento encontrar alguém que se enquadre nessa função, com um grande sentido de serviço público e de preocupação efetiva com esta causa, mas efetivamente, legalmente temos algumas dificuldades em encontrar a forma de remunerar esta nova figura. Esta é uma dificuldade que certamente não é causa única neste município, certamente será a preocupação dos municípios, mas efetivamente legalmente há aqui algumas dificuldades em enquadrar a remuneração nessa figura. Relativamente às associações, tem-se procurado um contacto ativo e proativo do Executivo com as associações que se preocupam em específico com a causa animal. Aliás, nesse procedimento elas foram notificadas para se poderem vir pronunciar e, por isso, todas elas tiveram conhecimento da possibilidade de apresentação de propostas e efetivamente acabaram por não suceder, sucederam da vossa parte, e muito bem. Muitas foram

acolhidas ou até já se encontravam de alguma forma plasmada no regulamento, mas sim, tem-se procurado fazer esse trabalho e estamos sempre abertos a novas sugestões e também à intervenção e às ajudas que possam vir dessas mesmas associações. Relativamente à questão dos relatórios e documentos, encontra-se plasmado no regulamento que estes serão disponibilizados por todos os meios que sejam possíveis, seja por páginas próprias desta figura, seja através dos meios próprios da Câmara Municipal de Braga e como também se encontra plasmado no artigo nono, alínea s), o relatório anual desta figura será trazido à discussão aqui, no âmbito da Assembleia Municipal. Por isso, parece-me existir aqui a clareza da atuação daquelas que serão as funções do Provedor, para que todas as pessoas da sua atividade possam ter conhecimento”. Posta à votação, foi a presente proposta **aprovada por unanimidade.** **PONTO NÚMERO SEIS - CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS/UNIÕES DE FREGUESIA.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as propostas aprovadas na reunião do Executivo Municipal de oito de fevereiro do ano em curso, relativas aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências nas seguintes freguesias: Um - União de Freguesias de Arentim e Cunha, para a execução da obra denominada “requalificação do caminho da Vinha – Cunha”, no montante de setecentos e noventa e nove euros e cinquenta cêntimos com IVA incluído; Dois - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada “Alargamento e repavimentação da rua das Alminhas – segunda fase – Penso Santo Estevão”, no montante de cinco mil novecentos e oitenta e sete euros e vinte cêntimos, com IVA incluído; Três - União

de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves, para a execução da obra denominada “Alargamento e pavimentação da rua Francisco Gomes Lopes – Ferreiros”, no montante de três mil cento e trinta e dois euros e noventa cêntimos, com IVA incluído. Postas à votação foram as presentes propostas **aprovadas com duas abstenções do B.E. PONTO NÚMERO SETE – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A JUNTAS/UNIÕES DE FREGUESIAS.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, as propostas aprovadas na reunião do Executivo Municipal de 8 de fevereiro do ano em curso, relativas à atribuição de apoios financeiros, nos termos do preceituado na alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, às seguintes Juntas e Uniões de Freguesias: Um - União de Freguesias de Vilaça e Fradelos, destinado a apoiar o “Projeto de arquitetura e especialidades de engenharia – Casa Mortuária de Vilaça”, no valor de doze mil e trezentos euros; Dois - Junta de Freguesia de Padim da Graça, destinado a apoiar o “Abrigo de autocarros – EN duzentos e cinco – rua da Veiga – avenida da Igreja”, no valor de três mil e cem euros; Três - Junta de Freguesia de Palmeira, destinado a apoiar a “Requalificação do Balcão Único da freguesia – “Centro Cívico”, no montante de vinte e seis mil trezentos e onze euros e trinta e cinco cêntimos; Quatro - Junta de Freguesia de Esporões, destinado a apoiar as “Obras de conservação do cemitério”, no valor de quinze mil novecentos e cinco euros e vinte e dois cêntimos; Cinco - Junta de Freguesia de Esporões, destinado a apoiar a “Instalação de baloiço na Santa Marta das Cortiças”, no valor de cinco euros. Postas à votação foram as presentes propostas **aprovadas com duas abstenções do B.E. PONTO NÚMERO OITO - CONSTITUIÇÃO E COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Nos termos do artigo quadragésimo sexto do

*Regimento da Assembleia Municipal, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere sobre o número de Comissões a criar, área das respetivas competências, número dos seus membros, assim como da distribuição pelos grupos municipais. Neste ponto da ordem de trabalhos começou por usar da palavra o **Sr. Deputado da C.D.U., JOÃO JORGE FERREIRA BAPTISTA** para fazer um ponto de ordem à Mesa, dizendo que era entendimento da CDU, lendo o artigo quadragésimo nono, que estabelecia a competência de indicar os nomes para as comissões e que essa competência era dos grupos, mas no seu ponto único, ponto quarto, dizia que os não inscritos e representantes únicos de partidos, deviam indicar quais as comissões que queriam participar. Isso significava, seu entendimento, que os grupos participavam em todas. Ora, sendo assim, das propostas que chegaram através da Senhora Presidente aos líderes, à Conferência de Líderes e que uma delas, composta por uma proposta PSD e PS, enfermavam de inconstitucionalidade ou ilegalidade, neste caso, porque não incluía os membros dos grupos parlamentares em todas as comissões. Sendo assim, achavam que a proposta PSD/CDS e PS, que fazia parte Juntos por Braga naturalmente, enfermava de irregularidade e que não devia ser trazida à Mesa para ser votada. A sua proposta foi enviada e deverá ser votada, entendiam assim, mas gostariam também, caso os senhores juristas presentes entendessem como a CDU, não devia ser submetida à votação uma proposta, que na sua constituição era ilegal. Registou-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, para notar que: “Esta matéria está prevista no Regimento que está em vigor e o procedimento para tratar desta matéria está também previsto no Regimento. A questão das comissões funciona de acordo com o que está previsto no Regimento desta maneira: a Conferência de Líderes é ouvida, a Presidente da Assembleia Municipal apresenta a proposta e aqui na*

Assembleia Municipal votamos a proposta. A Assembleia Municipal não serve para estes efeitos, para discutirmos propostas e reagirmos a propostas que são feitas e fazermos adequações. É para isso que existe a Conferência de Líderes para este efeito. É na Conferência de Líderes que se tratam estas matérias e foi por isso que foi feito um trabalho aturado, que fizemos reuniões, falamos sobre isto e que, de resto, ficou combinado entre todos, pelo menos para mim pareceu decisão unânime de todos os grupos, que o PS e o PSD, tendo-se oferecido para apresentar uma solução que desse respeito àquilo que tinha sido combinado nessa última reunião da Conferência de Líderes, seria trazida, seria partilhada com os restantes membros e depois seria trazida aqui, como diz o Regimento assumido pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal e a partir daí seria votada. Agora, quem concorda vota a favor, quem não concorda não vota a favor. Não percebemos muito bem esta posição da CDU, sendo legítima a interpretação jurídica e isso é com cada um, mas julgo que não é o tempo, nem o lugar, para estarmos a discutir isto. O tempo e o lugar para discutirmos estas matérias era na Conferência de Líderes. Aqui é uma é uma discussão ao retardador e que não nos parece nem legítima, nem nos parece que seja leal, porque tivemos um tempo para discutir isto. Tentamos consensualizar a questão, tentamos consensualizar a resposta a dar a esta matéria, que como todos sabemos e reconhecemos é muito mais difícil num contexto em que há mais partidos presentes nesta Assembleia Municipal e é mais difícil garantir a representatividade com um mínimo de eficácia nas comissões, porque como discutimos na Comissão, e não quero trazer para aqui essa discussão, podemos ter vinte, ou trinta, ou setenta e cinco membros no limite nas Comissões, mas as Comissões não trabalham como têm trabalhado, e muito bem, nos anteriores mandatos. Portanto, volto a repetir, não é este o local, não é este o tempo para discutirmos a composição das Comissões e

se a CDU não se revê na proposta que é feita pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, a única coisa que tem a fazer aqui é votar contra, e muito bem. O que tentamos fazer, mais uma vez, e aqui faço mais uma vez este sublinhado, foi trabalhar num conjunto de pressupostos que tínhamos acordado na Conferência de Líderes e apresentar uma proposta que respeitasse quer era a vontade dos vários partidos que foram sendo contactados também para indicarem essa vontade, não sei se todos, mas quase todos foram contactados para o fazer, e mesmo da parte quer do Partido Socialista, quer da parte do PSD, que já prescindem de parte da sua representatividade para que todos possam ter, nesta configuração, um mínimo de representatividade e direito a voto, tanto quanto possível, pelo menos, numa Comissão, tendo tido essa abertura de espírito e tendo conseguido arranjar maneira de tentar conciliar essas diferentes perspetivas aqui em jogo, é com grande surpresa, para não dizer outra coisa, que vemos aqui esta proposta da CDU e esta postura da CDU. Mais uma vez, tivemos um tempo e um lugar para fazer esta discussão, que tínhamos consensualizado os pressupostos, que apresentamos uma proposta que ia em linha com esses pressupostos e aquela que foi basicamente a proposta, que foi apresentada, que até aqui vinha só fazer uma pequena precisão, que não representava exatamente aquilo que tinha sido combinado com o CDS, mas era uma mera adequação do número que estava por erro por meu, quando a escrevi, era um lapso de escrita, não era um erro de substância, e portanto, não estava aqui em causa os critérios ou os procedimentos levados a proposta. Portanto, tendo nós feito esse trabalho, tendo feito todo esse esforço para conseguir chegar a um mínimo consensualizado que pudesse permitir a que todos estivessem presentes e tivessem essa capacidade de intervenção e de voto nas comissões, não entendemos muito bem esta postura. De resto, o Regimento também é claro e explícito, quando diz que todos os

*representantes da Assembleia Municipal podem participar nas comissões, e de resto todos os representantes dos grupos municipais existentes, têm o direito de intervir nas comissões. Portanto, não é isso que está em causa. É bom que todos saibam que o que estamos aqui a discutir é a distribuição dos direitos de voto e os direitos do voto, como também diz o Regimento, têm que ser de acordo com a proporcionalidade, ou seja, a regra da forma como estamos aqui distribuídos com o mandato que o povo nos deu e foi essa a gestão que nós tentamos fazer, foi essa a difícil equação que tentamos incluir na nossa proposta, partindo daquele pressuposto basilar e aritmético que o Partido Socialista tinha proposto, que nos pareceu razoável, não o único admissível, mas razoável, de que conseguíamos com a nova Comissão que também foi proposta, conseguir encaixar os setenta e cinco membros da Assembleia Municipal, dividindo os quinze por cada uma das cinco Comissões. Portanto, da parte do PSD, a única coisa que vimos cá dizer é expressar a nossa adesão a este modelo, voltar a sublinhar que quer o PSD, quer o PS, têm que fazer ajustes à proporcionalidade que distorcem a sua representatividade nas Comissões, para que todos tenham esse direito ao voto e que, nessa medida, o trabalho que fizemos, revemo-nos totalmente nele e julgamos que ele é o mais representativo possível, e não é só, representativo dos partidos e é também respeitador dos princípios democráticos que nos devem nortear. É com esta proposta que nos apresentamos, é com ela que vamos a votos e é a única decisão que temos que tomar, é se a aceitamos, ou não aceitamos, não porque não devamos discutir estas questões, não porque a constituição das Comissões não seja matéria de discussão, mas repito, não é este local, não é este o momento, para discutir essa mesma composição”. Voltou a intervir o **Sr. Deputado da C.D.U., JOÃO JORGE FERREIRA BAPTISTA** para dizer que: “Em conversa que tiveram depois da reunião de líderes, com o João Nogueira, disse que íamos*

tomar uma posição de acordo com o Regulamento, artigo quarenta e nove e que íamos abordar este assunto. Posteriormente, receberam, não digam que não tiveram conhecimento do e-mail, durante no início desta semana, com a nossa proposta e fizemos uma contraproposta à vossa, porque não concordamos. Então vou propor aqui, se concordarem, que suspendam este ponto e voltamos a fazer a Conferência de Líderes, acho que é mais sensato”. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA** para esclarecer o seguinte: “O que está proposto, foi imposto pela maioria, ou seja, o Bloco manifestou-se sempre contra esta solução, porque entendia, aliás, o que aconteceu no mandato anterior que devia estar em todas as comissões e a maioria impôs a sua vontade. Agora, há uma coisa que é curiosa, o Senhor Deputado João Marques tenta, é o que dá ter muito tempo, pode-se andar como uma pescadinha de rabo na boca a repetir a mesma coisa, mas por mais vezes que se repita, não consegue ser verdade. Mas vou ajudar numa coisa, o Regimento diz que o número de membros não poderá ser inferior a cinco, mas pode ser superior a setenta e cinco. Não há problema nenhum. Agora, tal como a Assembleia Municipal de Braga é a casa da democracia no concelho, a Assembleia Municipal de Guimarães é a casa da democracia no concelho. E vou-vos ler o que é que diz o Regimento da Assembleia Municipal de Guimarães. “A Assembleia Municipal Guimarães pode criar Comissões Especializadas Permanentes ou não para o desempenho das suas atribuições. Nas comissões estarão representadas todas as organizações políticas com assento na Assembleia, correspondendo um membro por cada organização, podendo ainda, cada uma delas integrar um suplente”. A votação das comissões é que é na proporção. Por este Regimento de Guimarães, cada força política tem um representante em todas as Comissões. O Bloco só está em duas. Agora vêm dizer, mas podem lá ir assistir e tal e até intervir sem direito

*a voto. Mas não é isso que está aqui, tem sempre direito a voto. O voto vale na proporção, mas tem sempre direito a voto. É membro efetivo da Comissão. Isto é respeitar a democracia, minimamente. Agora, o que foi aprovado pela maioria na Comissão de Líderes, é evidente que não representa. Este é que é o verdadeiro espírito de representar, porque as Comissões não é para resolver problemas? Então porque é que se vai quartar às forças que tem representatividade parlamentar, digamos assim, de estarem como essa mesma representatividade na Comissão. Não faz sentido nenhum e como vemos há possibilidade, não é ilegal, a proporcionalidade está respeitada e há um mecanismo que permite que todas as forças que estão sentadas aqui, possam estar sentadas na Comissão. Há mais partidos agora, tudo bem, é a democracia. O povo quis que estivessem mais partidos aqui, têm que estar aqui e têm que estar nas Comissões, mas não estão. Estão por um sistema, que o bloco central que se criou aqui entre o PS e o PSD impôs, é só isso. O Bloco de Esquerda manifestou-se sempre contra isso, ou seja, aceitou, indicou dois nomes para duas Comissões, porque foi aquilo que a maioria disse que o Bloco tinha direito e é evidente que se isto for aprovado é o que poderemos fazer”. Interveio depois o Sr. Deputado do P.S., **JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para: “Esclarecer, de uma vez por todas, algumas questões que podem levar a que seja inquinado um processo que nasceu de uma discussão muito ampla numa Conferência de Líderes, que durou uma hora e quarenta e cinco e que discutimos sobre esta questão uma hora e trinta minutos. E durante essa discussão, quer eu, quer o Deputado João Marques, ouvimos algumas ‘bicadas’, que não ilustram muito, mas que entendemos que fazem parte daquilo que é democracia. Só que, neste plenário, hoje, aqui, dizer que impusemos um determinado método, uma determinada correlação de forças na composição das várias Comissões, é efetivamente uma deslealdade muito grande para quem*

como eu e o Deputado João Marques, que fomos mandatados para fazer uma proposta aceite por todos. Ninguém na Conferência de Líderes contestou que o Deputado João Marques e eu apresentássemos uma proposta que foi naturalmente conversada, negociada, discutida. Pode não ter sido aprovada por todos, mas houve alguns grupos que concordaram e, portanto, aceitamos. É evidente que a CDU disse que ia apresentar uma proposta. Mas hoje, também discutimos aqui a invasão da Rússia na Ucrânia e também estamos agora aqui a discutir a invasão daquilo que são conceitos que foram assumidos e também daquilo que é a representatividade dos eleitores bracarenses na Assembleia Municipal e disso o Partido Socialista não prescinde. Prescindimos do tempo de intervenção no período de antes da ordem do dia e no período da ordem do dia, para que toda a gente pudesse ter voz, mas não podemos iludir ou prejudicar os nossos eleitores, disponibilizando aquilo que são os lugares que eles entenderam dar-nos, para que outros grupos políticos venham falar por nós. Portanto, dizer o seguinte: as Comissões da Assembleia Municipal são uma marca distinta do funcionamento da Assembleia Municipal e são um fator de apreciação e fiscalização mais robusta e mais profunda, daí a importância que as Comissões têm para a Assembleia Municipal, daí a importância que as Comissões têm também para os seus eleitos. Acontece, no entanto, que após as eleições autárquicas, e é bom que os bracarenses também oiçam, fomos deparados com doze grupos municipais. Ora, o que é que acontece? Ter um representante de grupos municipais que tem apenas um eleito e respeitar a proporcionalidade conforme diz exatamente o Regimento, era uma equação muito difícil de fazer. Apresentei uma proposta que dizia assim: com a criação de uma nova comissão passamos a ter cinco, o Regimento prevê que possa haver quinze elementos e toda a gente reconhece, para uma dinâmica de funcionamento, ter mais do que isso

começa a ser muito complicado, temos setenta e cinco lugares e temos trinta e cinco eleitos, um lugar a cada eleito. O PSD tem vinte e seis lugares nesta Câmara, terá vinte e seis lugares nas várias comissões e, naturalmente, o Partido da Iniciativa Liberal tem um eleito, terá um lugar numa Comissão com direito a voto. Portanto, isto foi dito e foi dito também, que independentemente disto, qualquer representante de qualquer grupo municipal poderia participar em qualquer uma das reuniões das Comissões, só que sempre que houvesse direito a voto ou houvesse alguma coisa a votar, só poderia ter voto quem fizesse parte da Comissão com direito a voto. Chegados aqui, apareceu uma proposta do PPM que reduzia e reconhece que reduzia o número de representantes do PSD e do PS nas Comissões, e isso era também não respeitar a proporcionalidade. Temos que respeitar a vontade dos eleitores e ao respeitar a vontade dos eleitores, ficamos mandatados, como disse há pouco, de apresentar uma proposta e contatei o Bloco de Esquerda, a CDU, o Chega, a Iniciativa Liberal e o PAN, no sentido de recolher as prioridades que eles queriam relativamente às Comissões. A seguir entendemo-nos e apareceu aqui uma proposta. Pela parte do Partido Socialista, não abdicamos da proposta que foi apresentada, que foi amplamente discutida e negociada e, por outro lado, entendemos que o trabalho das Comissões é tão precioso e tão importante para o concelho de Braga e para o funcionamento desta Assembleia, que entendemos que hoje vão ser dados os primeiros passos. E os primeiros passos que entendemos que devam ser dados, como já foi proposto à Senhora Presidente da Assembleia, que seja aprovada a quinta Comissão, a Comissão de Acompanhamento da Descentralização de Competências para as Autarquias e da Reorganização Administrativa das Freguesias. Depois de aprovada essa Comissão, iremos sim aprovar aquela que foi uma proposta que é do amplo conhecimento de todos os eleitos e dos vários grupos municipais. Dizer

também que não foi uma tarefa muito simples. Foi uma tarefa que deu algum trabalho e onde está respeitada aquela que é a vontade dos eleitores. Portanto, não podíamos ter uma Comissão com setenta e cinco lugares, onde houvesse em cada Comissão vinte e seis de um, vinte e cinco de outro, até que chegasse à Junta de São Vitor, que também é um grupo municipal, e tivesse lá o seu Presidente da Junta. Não pode ser. Temos que ajustar aquilo que é a representatividade, o direito de participação, àquilo que foi também a possibilidade de termos agilidade e termos também qualidade na intervenção e no trabalho das comissões, porque se não, não vale a pena. E não adianta aqui os exemplos de Guimarães, porque até aqui, e é uma marca distinta da Assembleia Municipal de Braga, é exatamente o funcionamento das Comissões e o trabalho das Comissões, porque também na Assembleia Municipal Guimarães, diz que podem ser criadas Comissões Permanentes ou podem ser criadas Comissões Eventuais. Aqui, desde os anos oitenta, que há Comissões e que efetivamente têm prestado um bom serviço e, portanto, assim será. O Partido Socialista não prescinde daquilo que está combinado para hoje, daquilo que foi acertado e da proposta que foi feita em tempo oportuno pelo PSD, que ficou mandatado para o assunto, relativamente à aprovação da quinta Comissão e a aprovação da constituição das Comissões”.

Passou a usar da palavra o **Sr. Deputado do CHEGA, JOÃO PEREIRA GOMES**, para dizer que: “Assembleia Municipal, enquanto órgão que tem competências de apreciação e fiscalização sobre o executivo municipal e de deliberação sobre as mais relevantes matérias para o município, tem como principal missão assegurar os interesses bracarenses. Na esfera das suas atribuições, a Assembleia Municipal pode constituir comissões para o estudo e acompanhamento de temáticas determinantes do município. Ao longo dos anos tem-se assistido a uma consciencialização, cada vez maior, perante a necessidade

de implementar ferramentas que transmitam total transparência aos cidadãos. Órgãos de soberania, entidades públicas, instituições sociais, empresas e cidadãos em geral, começaram finalmente a perceber a importância vital de transmitir com toda a transparência a forma como é gasto o dinheiro público. Apesar de todos os esforços que se tem implementado para os devidos efeitos, o Chega acredita que estes esforços não são ainda suficientes, levando assim os Deputados do Partido Chega a apresentar esta proposta: as obras públicas são uma das matérias que requerem uma análise contínua, individualizada, se não vejamos: a incompetência verificada na sua gestão, desde logo na execução dos cadernos de encargos, tem conduzido várias obras a derrapagens inexplicáveis, que penalizam enormemente muitos em favor de poucos, pois a inexistência de rigor leva a que muitas das verbas mal geridas não permitam a sua aplicação em outras necessidades e melhorias na qualidade de vida dos bracarenses. A falta de transparência patente na abertura de concursos públicos e excessivos ajustes diretos, não promove a concorrência e a igualdade de tratamento de fornecedores e prestadores de serviços, numa lógica de despesa pública, deve ser despesa boa, bem como não previne a fraude e a corrupção. Em dois mil e dezanove os ajustes diretos representaram trinta e seis por cento das aquisições e obras públicas, e em dois mil e vinte atingiram os quarenta e nove por cento. A corroborar esta tese temos o acórdão recente do Tribunal de Contas a considerar ilegal o acordo quadro efetuado pelo Executivo com uma das empresas do regime e que dava cobertura a várias obras municipais, com início em dois mil e dezoito e fim em dois mil e vinte e dois, no total de sessenta e oito milhões de euros. De acordo com aquele Tribunal, o executivo arranjou um subterfúgio para a não abertura do concurso no Jornal Oficial da União Europeia, refere ainda que não tivessem ocorrido as nomeações da lei, seria fortemente suscetível que se tivesse obtido um

resultado diferente com melhor prestação dos interesses financeiros públicos. De salientar também, a reprimenda e não concessão do visto às derrapagens verificadas na obra do Mercado Municipal. Uma outra situação incompreensível e que carece de explicações de parte do Executivo é a obra da variante da encosta de Lamações, concedida a uma outra empresa do regime e que, mais uma vez, não acautela a proteção dos interesses financeiros públicos. Com um prazo de execução de um ano, que deveria ter terminado em março dois mil e vinte e um, está neste momento incompleta e, pelos vistos parada, mas já com um custo superior ao valor adjudicado, apesar da existência de materiais de qualidade duvidosa. A gestão dos dinheiros públicos tem de ser efetuada de forma criteriosa e transparente e terá de ser fortemente escrutinada tanto ao nível da sua aplicação como também na previsão de priorização dos investimentos, de modo a colmatar necessidades prementes dos cidadãos. Assim o grupo municipal do Chega vem propor a constituição de uma Comissão para acompanhamento e fiscalização das obras públicas, dada a ausência de transparência verificada na execução das mesmas”. O Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., **CARLOS ALBERTO SOUSA DUARTE NEVES** interveio para dizer que: “Este tema das Comissões foi discutido sobejamente, como disse o Deputado João Nogueira, e bem, na Conferência de Líderes do passado dia dez de fevereiro. Como também foi aí combinado, ainda que mais uma vez, o critério da democracia não é só válido quando nos dá jeito, deve ser válido sempre, e o critério da maioria, a falta de melhor, é o que prevalece. Ficou combinado e não me esqueço disso, que tanto o Deputado João Nogueira, como o Deputado João Marques, na altura, representando cada um dos grupos municipais do PSD e do PS, ficariam até o dia dezoito de fevereiro, apresentar aos demais grupos municipais, a respetiva proposta de constituição das comissões municipais. Portanto, todas as novas

comissões, que sejam vontade dos vários grupos municipais, estão prejudicadas pelo facto de não terem sido feitas no dia dez de fevereiro, ou pelo menos, até ao dia dezoito, como tinha ficado combinado na reunião de Conferência de Líderes. Aquilo que tem sido dito por alguns dos nossos colegas de Assembleia Municipal, de vários grupos municipais, tanto no caso do Bloco Esquerda, como da CDU, é um pouco a tentativa de subverter a regra da democracia no limite, querendo que, a representatividade seja igual para todos, quando nos votos não é. De facto, quem tem mais votos, à falta de melhor critério, tem mais peso institucional e peso de representatividade nas respetivas comissões. Sejamos práticos, se temos setenta e cinco membros na Assembleia Municipal e decidimos ter cinco comissões com quinze membros cada uma, significa que não podemos ter o dom da ubiquidade e estar a mesma pessoa em cinco comissões diferentes, que poderiam estar a realizar-se à mesma hora. E, portanto, a impossibilidade de a mesma pessoa estar em mais que uma comissão, com direito a voto, é efetivamente uma impossibilidade física que foi acautelada com esta constituição, com esta proposta que hoje está a votação. E, portanto, a proposta é equilibrada, do ponto de vista da representatividade. Dá a total abertura a que todos os grupos municipais possam ter representação, com direito a voto, ou com participação sem direito a voto, mas na proporcionalidade dos votos que tiveram nas urnas e, desse ponto de vista, respeita as regras da boa democracia e, sobretudo, da democracia representativa. Ainda não vivemos de um modelo de representação de democracia popular e, como tal, temos que respeitar aquilo que os nossos cidadãos fizeram no passado, no dia das eleições autárquicas. É esse o critério, foi esse o acordo que tivemos na Conferência de Líderes e é essa proposta que sobe a plenário, portanto, sobe a votação”. Depois foi dada a palavra ao

SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E

SEMELHE, FRANCISCO MANUEL PEREIRA DA SILVA, para salientar:

“Dando seguimento àquilo que foi acordado, venho então apresentar a proposta de criação da quinta comissão designada como Comissão de Acompanhamento da Descentralização de Competências para as Autarquias e Reorganização Administrativa das Freguesias. Só através do poder local será possível aproximar a decisão dos cidadãos, melhorar a qualidade dos serviços públicos, garantir a igualdade de oportunidades no acesso aos direitos sociais, afirmar a cidadania e melhorar a democracia participativa. A descentralização em curso e a transferência de competências para as autarquias, significam melhor e maior serviço público, porque mais próximo das pessoas, podemos fazer melhor, resolvendo problemas em áreas como a educação, a habitação, a ação social ou saúde, entre outras. O quadro financeiro plurianual dois mil e vinte e um/dois mil e vinte e sete, somado ao plano de recuperação e resiliência dois mil e vinte e um/dois mil e vinte e seis terão uma influência determinante no desenvolvimento económico social do nosso concelho, sendo, por isso, fundamental o acompanhamento regular e permanente dos projetos de investimento municipais cofinanciados com recurso a estes instrumentos e a promoção da transparência na aplicação dos fundos. Com o aumento crescente de competências para os municípios num quadro do curso de descentralização é igualmente vital dotar as Assembleias Municipais de adequadas condições e meios para exercício pleno das suas exigentes funções, de acordo com o artigo quadragésimo sexto, criação de comissões, do capítulo décimo, comissões permanentes e decidimos e consideramos que esta comissão deveria ser uma comissão permanente, porque os assuntos e a importância dos assuntos que serão tratados nesta comissão, são para todo o mandato e, se calhar, devem prosseguir para mandatos subsequentes que está previsto em todo o Regimento da Assembleia Municipal de Braga, e

*passo a citar o que é dito nesse artigo e hoje houve muita celeuma em relação a isto:” A Assembleia Municipal, sob proposta da Presidente, ouvida a Conferência, deliberará obrigatoriamente sobre o número de comissões a criar para o mandato, neste momento cinco, a área das respetivas competências, número dos seus membros, e não poderá ser inferior a cinco, assim como a sua distribuição pelos grupos municipais. Assim, o grupo do Partido Socialista propõe a votação para a criação da Comissão de Acompanhamento da Descentralização de Competências para as Autarquias e Reorganização Administrativa das Freguesias com a seguinte missão: acompanhar e debater a evolução dos trabalhos preparatórios e das propostas descentralização de competências apresentadas pelo Governo; acompanhar a execução de acordos administrativos de delegação de competências das freguesias; acompanhar a execução dos projetos de investimento financiados por fundos comunitários e debater a possibilidade de as freguesias, acho que isto é muito importante, porque neste momento, as freguesias não podem candidatar-se a fundos comunitários como entidades, acho que isso também poderia ser trabalhado nesta comissão, solicitar informação sobre o estado de potenciais projetos financiados por fundos comunitários, bem como de mais informações conexas com os mesmos; acompanhar, debater e participar nas propostas de reorganização administrativa das Freguesias/União de freguesias, no âmbito da lei trinta e nove barra dois mil e vinte e um, de vinte e quatro de junho, relativa ao regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias e, por último, achamos também muito importante, ainda no âmbito da descentralização e desconcentração, participar e debater o desenvolvimento do processo de regionalização e do possível também mapa das regiões. Esta é a nossa proposta”. A SR^a. **PRESIDENTE DA MESA** passou a informar sobre as quatro Comissões Permanentes já existentes:*

*Comissão de Assuntos Económicos, Empresas Municipais e Turismo, Comissão de Assuntos Sociais e Saúde, Comissão de Cultura, Desporto e Juventude e Comissão de Comissão de Urbanismo, Planeamento, Ambiente, Trânsito e Proteção Civil. Disse ainda que nas várias reuniões da Conferência de Líderes se falou das Comissões, aliás, no Regimento dizia que deveria ser na segunda sessão daquele órgão, e que no dia dez de fevereiro, tiveram a reunião e ficou assumido que seriam cinco Comissões, que teriam quinze elementos e, de facto, depois dos vários contributos dos líderes presentes na Conferência de Líderes, ficou decidido que o Deputado João Marques, do PSD e o Deputado João Nogueira, do PS, faria os diversos contactos e que avançariam com a proposta final. Recebeu a proposta e teve a delicadeza de a enviar aos outros líderes e, por isso, não a enviou para a Assembleia, porque a Conferência de Líderes tinha feito aquela proposta. A palavra foi dada ao Sr. Deputado do P.P.M., **PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO**, para destacar que se bem se recordava, e fazia um ponto de ordem à Mesa, devido a essa situação, no dia dez tiveram a reunião e lembrava-se perfeitamente de ser acordado, até porque a maioria da Câmara era daqueles dois partidos e eram eles que iriam decidir, não valia a pena estar ali a dizer que não era, porque eram eles a decidir, e ficou decidido que poderiam enviar propostas até dia dezoito, que era quando eles iriam formular. O único que enviou a tempo foi o interveniente. Não gosto de perder tempo, chama-se a isso engenharia, e acho que estavam a perder tempo, estavam a dar uma péssima imagem lá para casa, para os munícipes, e perder tempo com coisas que na realidade não tinham necessidade nenhuma, para chegar à mesma conclusão, era adiar um problema. Pessoalmente, achava que a sua proposta era melhor, mas achava que a proposta que foi apresentada, e tinha que reconhecer, que era justa, e isso tinha que ser dito. Preferia ter direito a opinião, do que direito a voto,*

porque com direito a opinião, poderia modificar o que os outros partidos iriam votar, mas só como direito ao seu voto, não conseguiria modificar nada lá dentro. Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado do P.S.D., **JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, para reafirmar o que achava que deveria ser o procedimento correto. O que o Regimento lhes dizia, e como disse há pouco, e muito bem, o representante do PPM, aquilo era um triste espetáculo para quem os estava a seguir, estavam ali a perder tanto tempo com as comissões, mas de qualquer forma, o que o Regimento dizia era que cabia ao Presidente ou à Presidente da Assembleia Municipal apresentar as propostas que diziam respeito à constituição da comissão. Não era nenhum partido que estava ali representado que apresentava no dia da votação a proposta para a constituição de comissões, isso fazia-se em Conferência de Líderes, ponto número um. Ponto número dois, do ponto de vista procedimental, primeiro tinham que votar efetivamente as comissões, porque apesar de já existirem anteriormente, tinham que votá-las a cada mandato, e portanto, neste mandato, tinham que decidir quais eram as comissões e depois de votadas as comissões e acordada essa votação, tinham a questão da composição das comissões e de quantos membros lá estavam e era esse o último ponto desse procedimento. E quanto a esse último ponto, queria dar a nota, que deu anteriormente e não concretizou, que havia uma especificidade de um erro que foi incluído na proposta em que o CDS estava com dois elementos na Comissão de Urbanismo, quando na verdade pretendia ter dois elementos na Comissão de que iria acompanhar a reorganização administrativa das freguesias e a descentralização das competências. Portanto, retirava-se aí um elemento ao CDS e colocava-se na tal nova comissão a existir, e retirava-se um elemento do PSD que subia a mais na Comissão de Urbanismo, para fazer a compensação. Era assim que se fazia para garantir que tudo ficasse na mesma, mas ali, com a

alteração relativamente aos membros do CDS e aos membros do PSD. Portanto, três capítulos de votação, com aquela ordenação e com aquele sentido. Usou ainda da palavra o **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para dizer ao Senhor Deputado João Marques, que: “esse espírito, já que essa figura de retórica tem sido utilizada aqui, é que leva a invasões. Ou seja, essa autoridade que estamos a perder tempo, não estamos a perder tempo. Aquilo que o Senhor Deputado veio aqui dizer, tinha eu sugerido à Senhora Presidente da Assembleia, que se votasse as coisas separadas, porque essa supremacia de que estamos a perder tempo, não lhe fica bem. Tenha paciência, mas não lhe fica bem”. Voltou a usar da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, para salientar que: “Peço desculpa, mas é uma vergonha, e agora sim é uma vergonha, estarmos a enrolar argumentos para não ir ao essencial e estarmos a fazer perder tempo uma Assembleia, que não tem que estar a discutir isto. Esta assembleia não está aqui a discutir propostas alternativas. Está a discutir a única proposta que pode estar em cima da mesa, que é apresentada pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Não querer ver isto, é não querer respeitar o Regimento. Não é uma questão de autoridade ou falta de autoridade ou de falta democraticidade. O Senhor pode vir aqui dizer mil e quinhentas coisas sobre a proposta que está em cima da mesa, e dizer que acharia que deveríamos ter mil e quinhentas outras, mas isso é na Conferência de Líderes que se discute e se debate. Aqui só estou a alertar para este ponto. Temos uma proposta, que de acordo com o Regimento é a Senhora Presidente que a apresenta e nós votamos, ponto final. Onde é que vê nisto algum live de superioridade ou de descrédito à democracia? Não consigo perceber como é que cumprindo as regras que democraticamente assumimos e votamos, estamos a desrespeitar a democracia, é justamente o contrário, é

*quando desrespeitamos as regras é que desrespeitamos a democracia. Isso é que é intolerável”. Posta à votação a **proposta de criação de cinco Comissões**, foi a mesma **aprovada com um voto contra do CHEGA**; Posta à votação a **proposta da composição das Comissões com quinze membros**, foi a mesma **aprovada com seis votos contra da C.D.U. e do B.E. e com uma abstenção do PPM**; Posta à votação a **proposta de constituição de cada Comissão**, foi a mesma **aprovada com sete votos contra e com uma abstenção do P.P.M.***

PONTO NÚMERO NOVE – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS EM MATÉRIA DE AÇÃO SOCIAL – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE TRANSFERÊNCIA PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta aprovada pelo Executivo na reunião de vinte e um de fevereiro do ano em curso, relativa à transferência de competências para os municípios em matéria de ação social – prorrogação do prazo de transferência para as autarquias locais, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Colocada á discussão, começou por usar da palavra o **Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO**, para referir que: “É comumente aceite que Portugal é um dos países mais centralistas da União Europeia e que este centralismo fomenta a falta de escrutínio e a ineficiência na gestão de fundos públicos. Nos últimos anos no diálogo tem existido alguma pressão política no sentido de se descentralizar tendo-se avançado com propostas de transferência de competências em diversos domínios. A Iniciativa Liberal defende ser fundamental nessa transferência de forma a garantir politicamente o sucesso da descentralização, uma regra clara de neutralidade fiscal da descentralização, ou seja, garantir que cada responsabilidade atribuída a um órgão do Poder Local e respetivos recursos, ela seja retirada a um órgão do

Poder Central, assim como os respetivos recursos. Deste modo, efetivamente um dos maiores desafios que temos pela frente diz respeito à transferência de competências na área da Ação Social, com a respetiva transferência da gestão do orçamento da ação social. Esta transferência de competências tem o mérito de aproximar as políticas sociais dos seus beneficiários, dando resposta aos problemas reais das populações, da população de cada freguesia, mas também, a necessidade de garantir a isenção e imparcialidade, na gestão dos recursos económicos da ação social e na atribuição dos apoios económicos. Na realidade, esta transferência acarreta um conjunto de desafios, por isso, a Iniciativa Liberal tem um conjunto de questões relacionadas com este ponto que importa esclarecer: de que forma a Câmara Municipal se está a preparar para receber a transferência de competências na área da Ação Social? A Câmara Municipal pretende aproveitar a prorrogação do prazo da transferência de competências na área da Ação Social, para avaliar como devem ser implementados os acordos atípicos e protocolos de RSI no terreno, ou vai apenas limitar-se a manter o modelo que vai receber do Centro Distrital da Segurança Social de Braga? Sabendo à partida que o modelo implementado pela Segurança Social apresenta muitas deficiências, como é que a Câmara Municipal pretende dar resposta às seguintes preocupações: desfasamento entre o número de freguesias atribuídas a cada equipa? Existem equipas cujos salários estão de acordo com a tabela das IPSS, mas existem também equipas que são pagas segundo tabela da função pública. Sabendo que no Centro Distrital da Segurança Social há três técnicos superiores que fazem o atendimento e acompanhamento dos beneficiários de RSI e ação social de várias freguesias do concelho, e se estes não forem integrados nos quadros da Câmara Municipal, quem vai acompanhar estas freguesias? Vão contratar pessoal? A Câmara Municipal possui recursos humanos suficientes

*qualificados e com experiência relevante para assumir a complexa função de coordenar toda a ação social e as equipas que estão no terreno? E, por fim, como é que a Câmara Municipal pretende ser capaz de passar de uma política social meramente assistencialista, para a promoção de políticas sociais que capacitem as pessoas e as tornem autónomas face aos apoios do Estado? Colocadas estas questões, quero só terminar, dizendo que efetivamente vamos votar favoravelmente a proposta de prorrogação aqui em discussão”. Registou-se a intervenção do Sr. Deputado do C.D.S-P.P., **CARLOS ALBERTO SOUSA DUARTE NEVES**, para referir que: “O processo de transferência de competências na área social do Estado Central para as autarquias é regulado por um conjunto de diplomas, sendo que o primeiro é um Decreto-Lei número cinquenta e cinco barra dois mil e vinte, de doze de agosto, que efetivamente concretiza a intenção legislativa de fazer esse processo de transferência de competências. Contudo, só através de quatro portarias, nomeadamente a sessenta e três, sessenta e quatro, sessenta e cinco e a sessenta e seis, de dois mil e vinte e um, é que há a regulamentação desta mesma intenção legislativa, portanto, seis meses depois. Só no dia oito de outubro de dois mil e vinte e um, através de um despacho é que se mapeiam os encargos financeiros que estão associados a estas mesmas competências, lembro que a oito de outubro, já depois da data das eleições autárquicas de vinte e seis de setembro. Ou seja, houve um conjunto de intenções, boas intenções naturalmente, de transferência de competências, contudo, o processo legislativo atrasou por esta cronologia que aqui tentei transmitir. Portanto, há uma vontade inequívoca da autarquia e do executivo municipal de assumir o conjunto de competências na área social, e portanto, a resposta de alguma forma à interpelação que o Deputado da Iniciativa Liberal aqui colocou, relativamente à vontade ela é inequívoca, como também é*

inequívoca que essa transferência seja feita de forma adequada. Ora, o tempo e o espaço não lhe permitiu que assim fosse, até ao final de tudo o que estava previsto, nomeadamente do início do ano, ou seja, a portaria que o Decreto-Lei vinte e três barra dois mil e vinte e dois, de catorze de fevereiro, que permite às entidades municipais prorrogar esse prazo de transferência, nomeadamente para o dia um de janeiro de dois mil e vinte e três, é aquilo que o executivo municipal invoca e vai exercer esse direito precisamente para que tenha tempo, e o tempo não é só o tempo cronológico é também o tempo das iniciativas, que vai ter que desenvolver, precisamente para corrigir um conjunto de problemas que ainda hoje subsistem, designadamente, a questão dos subsídios e a forma como eles terão que ser atribuídos; os níveis de remuneração salarial dos técnicos, como foi aqui muito bem dito pelo Deputado do Iniciativa Liberal; a informação sobre os respetivos beneficiários tanto do serviço de acompanhamento e assistência social, como do Rendimento Social de Inserção, é importante que essa informação, muito bem classificada, esteja feita, não só em termos nominativas, mas também, por freguesia e por entidade gestora do respetivo processo, porque neste momento já existem dez protocolos estabelecidos, tanto para o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, como para o RSI, com nove instituições, mas provavelmente vão ser precisas fazer com mais. É preciso também perceber o mapa territorial deste tipo de intervenções, fazendo esse mapeamento; é preciso perceber quais são os recursos financeiros que vão ser alocados e este tipo de preocupações, que são preocupações como devem imaginar absolutamente legítimas, para que o processo de transferência de competências seja feito de forma justa e de forma adequada, são também manifestados por vários municípios nossos vizinhos e que fazem parte da CIM do Cávado, designadamente quanto à composição das equipas técnicas multidisciplinares. Como devem perceber, este

tipo de competências não se transfere por decreto, nem estamos a falar apenas e só, de competências que se transferem por dinheiro, portanto, não estamos a falar de transferências bancárias, bem entendido, há uma dimensão social de inclusão de reintegração em muitos casos que é preciso fazer com equipas multidisciplinares, bem formadas, bem preparadas e como há pouco tentei transmitir, a cronologia dos elementos legislativos a isso não permitiu. Por outro lado, também há muita incerteza relativamente às questões financeiras dos gastos e da forma como as transferências do Estado Central vão ser feitas para as entidades municipais. Também muito importante as transferências ao longo do ano, não interessa saber só pelo valor absoluto, é preciso perceber qual é o cronograma financeiro dessas mesmas transferências, porque não seria a primeira vez em que haveria défice mensal dessas mesmas transferências, e portanto, era preciso que ficasse acautelada a disponibilidade financeira da autarquia, para compensar esses eventuais atrasos que muitas vezes acontecem nas transferências da tutela, e portanto, nada disso está acautelado. Desse ponto de vista, a medida mais prudente, mais sensata e mais justa até para todos os interessados, foi exercer o direito que o Decreto-Lei número vinte e três barra dois mil e vinte e dois, de catorze de fevereiro permitiu e, portanto, em boa hora, a autarquia pediu a prorrogação e vai exercê-la, e portanto, o grupo municipal do CDS votará favoravelmente esta proposta”. Interveio depois o **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA** para, a propósito, dizer que: “A pandemia que ainda hoje vivemos trouxe às nossas opções e trouxe à nossa responsabilidade aquilo que é a necessidade de desenvolvermos políticas sociais o mais perto das populações, as chamadas políticas de proximidade. E a ação social é efetivamente uma dessas políticas de apoio e realmente quer os apoios sociais que foram naturalmente feitos para apoiar todos os cidadãos e empresas e

também as políticas sociais, que todos os municípios e também o município de Braga trouxeram para apoiar as necessidades sentidas e decorrentes da pandemia, leva-nos a dizer que as transferências dos apoios sociais, do apoio social, é de suma importância e deve merecer de todos uma responsabilidade também social muito elevada, e uma consciência também muito grande, porque efetivamente todos sentimos na pele e todos sentimos a necessidade de nos apoiarmos e também de apoiarmos aqueles que naturalmente esta pandemia tornou mais e tornaram mais frágeis. Portanto, dizer que o Governo, naturalmente com alguma pressão da Associação Nacional de Municípios e reconhecendo também, como já foi dito, que alguma legislação saiu de forma, diria, algo apressada e que também alguns instrumentos regulatórios, a própria pandemia, as eleições autárquicas acabaram por trazer alguma complexidade naquilo que seria o início da execução de políticas sociais, por parte dos municípios, através da respetiva transferência, naturalmente percebemos que efetivamente isso foi uma medida que o próprio governo percebeu e deu a hipótese de que os próprios municípios pudessem transferir esta execução para janeiro de dois mil e vinte e três. No entanto, queria alertar que o Município de Braga, não teve naturalmente uma descontinuidade ao nível do seu executivo municipal, o próprio executivo municipal tinha a trabalhar um laboratório de inovação social, que naturalmente já estava a acompanhar, a traçar e a definir um plano de intervenção relativamente a esta matéria, mas também percebemos que já deveria ter feito trabalho e tê-lo-á certamente e terá que continuar a fazer um trabalho que entendemos que é muito importante, que é de regenerar novamente a rede social, que infelizmente não está a funcionar em pleno e à qual deve ser dada toda a vitalidade ao nível do diagnóstico, ao nível da proposta e ao nível da intervenção. Percebemos que a proposta que é feita, é razoável. Entende

*o Partido Socialista que o Município de Braga já deveria ter muito trabalho feito, e que este prolongamento, até trinta e um de janeiro, é uma oportunidade que não deve deixar escapar, mas que poderia também já ter muito trabalho feito, e por isso é que quer na Câmara Municipal, quer hoje, o Partido Socialista se vai abster, percebendo que estas políticas devem ser traduzidas com efetivos exercícios no terreno, com um plano bem estruturado. Também dizer que o que estamos aqui a discutir hoje, não é exatamente aquilo que são as questões que muito bem alguns partidos já aqui levantaram e que também o Partido Socialista irá levantar também, quando soubermos do plano que irá ser feito, porque há também uma questão que foi levantada, e bem, por este executivo municipal, que é da constituição de uma comissão de acompanhamento que ainda não foi formada e vai ter que trabalhar. Portanto, o Partido Socialista, reservará naturalmente para essa altura muitas das questões que poderão afinar e aprofundar aquela que será a intervenção do executivo municipal nesta matéria. Abstemo-nos porque percebemos que um conjunto de legislação as eleições atrasaram os instrumentos regulatórios, não foram ainda definidos, mas percebemos que o trabalho já deveria ter sido feito, ou parte significativa do trabalho devia ser feito, e portanto, a abstenção serve, por um lado como estímulo e, por outro lado, serve também, que estamos atentos a tudo o que vai ser feito e que portanto, não deixaremos de estar vigilantes”. Foi depois a vez do **Deputado do P.S.D., MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA** se manifestar sobre a matéria em discussão, tendo a esse propósito referido que: “A Assembleia Municipal de vinte e cinco de junho de dois mil e vinte e um, no âmbito do anterior mandato, dizia eu a respeito do ponto de ordem de trabalhos idêntico a este: a assunção de competências do município em diversas matérias do domínio da ação social, só poderá ser aceite quando se souber o impacto que essas competências terão na organização dos*

respetivos serviços, quer a nível da sua estrutura funcional financeira, ao nível dos recursos humanos, tecnológicos e de nível procedimental. De salientar, dizia eu, na altura, o estudo técnico e detalhado que os serviços municipais estão a fazer para a futura implementação dessas competências, estudo esse, que visa as competências da ação social, nomeadamente dos serviços de atendimento e de acompanhamento social no desenvolvimento do importante instrumento, que são os Contratos Locais de Desenvolvimento Social na operacionalização do Rendimento Social de Inserção, bem como a criação das cartas sociais e municipais, objeto das portarias sessenta e três, sessenta e quatro, sessenta e cinco e sessenta e seis de dois mil e vinte e um, e decorrentes do Decreto-Lei cinquenta e cinco barra dois mil e vinte. Chegados agora aos dias de hoje, verificamos que importantes questões colocadas à Secretaria de Estado da Segurança Social em abril de dois mil e vinte e um e ao Instituto da Segurança Social em janeiro de dois mil e vinte e dois, ainda aguarda resposta, já para não referir a Comissão de Acompanhamento, prevista das já referidas portarias de sessenta e três e sessenta e cinco de dois mil e vinte e um, que ainda também não foi constituída. E sendo assim, o grupo parlamentar do PSD, aprova a proposta do executivo municipal para prorrogar o prazo de transferência de competências para um de janeiro de dois mil e vinte e três”. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com quatro votos contra da C.D.U. e com vinte e sete abstenções do P.S., B.E. e Presidente da Junta de Freguesia de São Victor.**

PONTO NÚMERO DEZ – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS FREGUESIAS DO CONCELHO PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Submete-se à Assembleia Municipal o ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga, informando que com vista à constituição do Conselho Municipal de Educação se torna necessário que este

órgão municipal proceda à eleição de um Presidente de Junta/União de Freguesias em representação das freguesias do concelho. A **SR^a. PRESIDENTE DA MESA** informou da existência de uma proposta relativa à candidatura de Maria Elisabete Marques da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Sobreposta. O **SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR, JOÃO PAULO DE CARVALHO VIEIRA** usou da palavra para informar que: “Enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Gualtar, me apresento como candidato. Quem conhece a minha forma de estar, quem conhece o meu currículo e quem conhece a vontade e o trabalho que tenho feito nesta componente, acho que poderei ser um elemento importante e um elemento que dê um contributo significativo no sentido de melhorar e de fazer com que este órgão possa ter novas propostas e contributos que possam ser interessantes. Portanto, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Gualtar, apresentei a minha candidatura a este Conselho”. A **SR^a. PRESIDENTE DA MESA** informou que a proposta anteriormente apresentada seria a **proposta A (Presidente da Junta de Freguesia de Sobreposta)** e a agora apresentada, seria designada por **proposta B (Presidente da Junta de Freguesia de Gualtar)**. Postas à votação, foi a **proposta A – aprovada com trinta e cinco votos; a proposta B – aprovada com trinta quatro votos; com dois votos brancos e com um voto nulo.** **PONTO NÚMERO ONZE - INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO.** Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, por escrito e que aqui se dá como reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. O **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO** usou da palavra para dizer: “Começava, por de

uma forma muito direta, há bocadinho fi-lo com alguma ironia, deixar claro que as perguntas que foram dirigidas ao Presidente da Câmara pelo Senhor Deputado Municipal do Chega, foram integralmente respondidas e detalhadamente, no prazo legal estabelecido, e portanto, ele teve acesso às respostas sobre todas as questões que hoje voltou a colocar, estranhamente, aqui nesta reunião da Assembleia, se calhar porque queria juntar ao elenco de temas que ele considerou desinteressantes, um outro que seria despropositado. Fica a sugestão para tentar compor a agenda, que numa próxima reunião da Assembleia, nos traga, pegando também em valores que lhe são muito caros, como a transparência, o rigor, o interesse público, algumas das aventuras dos ciganos, seus colegas, que seguramente serão muito interessantes para partilhar com todos os Deputados Municipais e com quem nos acompanha. Dizer que, em primeiro lugar, também de uma forma pedagógica e suportando-me nas suas palavras, a Assembleia Municipal não serve para interpelar o Executivo, nem por parte dos Deputados, nem por parte do público sobre qualquer questão. Na Assembleia Municipal, a presença do Executivo, é para acompanhar os temas que são sujeitos a discussão na agenda, porque o público pode-se dirigir ao Executivo Municipal nas reuniões de Câmara Municipal, é também para isso que serve o espaço público aberto porque todas as reuniões são abertas ao público, por parte do Executivo Municipal e os Deputados Municipais, sempre que tenham qualquer questão a colocar ao Executivo Municipal podem, através dos serviços da Assembleia, também colocar essas mesmas questões, como muitos têm feito e obviamente com toda a disponibilidade e colaboração por parte do Presidente e dos Vereadores. Quanto às questões que aqui foram levantadas também pelo público, e pegando, mais uma vez, nas palavras do Senhor Deputado Municipal do Chega, muitas vezes confunde-se proximidade com a ausência de confronto, com a ausência de

divergência de opiniões. O Executivo Municipal continua e o seu Presidente também, sempre disponível para discutir, para dialogar com todos os cidadãos, para ouvir todos os cidadãos, com a diferença de que esse diálogo não se traduz numa submissão da posição do Executivo Municipal aos interesses e às posições dos cidadãos e há muita gente que acha que quando a resposta do Executivo Municipal é diferente da sua vontade, que isso se traduz numa ausência de diálogo. Não é assim. Portanto, aquilo que aqui queria também dizer, é que não há diálogo possível quando, por exemplo, na questão que aqui foi suscitada relativamente a Ferreiros, os cidadãos queixosos não têm absolutamente razão nenhuma. Aquilo que já ficou demonstrado na providência cautelar que interpuseram judicialmente, é que não há nenhum motivo para suspender a realocização do poste de alta tensão, que já existia na envolvente das suas residências, que inclusivamente vai ficar mais afastado do que estava anteriormente o poste anterior e que toda a operação que ali foi realizada e por decurso de um acordo judicial, é benéfica para esses mesmos moradores porque, pelo menos, uma parte das linhas que atravessavam as suas residências passaram a estar enterradas, ao contrário daquilo que acontecia. Portanto, naturalmente que eles têm toda a legitimidade para fazerem as ações judiciais que entendam, nas sedes próprias essas ações serão devidamente apreciadas, mas devem fazê-lo de uma forma consistente e não através de uma notificação judicial avulsa, que como sabemos tem um valor absolutamente inócuo do ponto de vista das suas consequências. Relativamente à questão das Goladas e do pavilhão das Goladas, a situação é diferente, porque não se trata de terem ou não terem razão, os moradores assiste-lhes a legitimidade da sua opinião de entenderem que se sentem prejudicados pelo projeto que vai ser ali desenvolvido, mas tudo isto também deve ter a sua devida análise e o seu enquadramento em termos

históricos. Para recordar, quando o pavilhão das Goladas foi construído há mais de vinte anos, julgo era Vereador do Desporto, na altura, o Senhor Deputado Municipal João Nogueira, ele resultou de uma série de interpelações dos moradores, dos autarcas da Junta de Freguesia de São Victor, quer nos que estavam no poder, que eram do Partido Socialista, quer dos que estavam na oposição, que depois vieram a ser poder, que eram liderados pelo meu caro amigo Firmino Marques, que defendiam que o dito ringue que existia, que estava coberto de silvas e de relva, não fazia sentido nenhum e que se a história não agrada, naturalmente vão respeitar, que também respeitei as vossas intervenções, e que era necessário corrigir toda essa situação. O projeto do pavilhão foi um projeto que visou servir não especificamente os moradores, que seguramente não praticam hóquei, mas obviamente servir toda a comunidade, e em particular, uma coletividade que é muito importante para o concelho e uma escola, que é muito importante para o concelho, onde mais de quinhentos alunos necessitam desse mesmo equipamento. E, portanto, foi ali que foi implantado, não fazia sentido implantar um pavilhão para apoio à Escola Calouste Gulbenkian em mais sítio nenhum, e obviamente que foi desenvolvido o projeto, foi concretizado e vem servindo esses mesmos objetivos até à data. Mas, como é óbvio, com vinte anos de atividade, com a degradação que o pavilhão sofreu, com as novas necessidades que se verificaram, foi necessário ampliá-lo, e foi essa a decisão que o Executivo tomou e que vai concretizar, porque obviamente essa questão, como tive oportunidade de dizer diretamente à Senhora Milena, que esteve presente numa reunião de Câmara, e portanto, é também falso que não tenham tido resposta porque teve diretamente da minha parte, o projeto estava decidido, está para concretizar e vai ser concretizado, já tem visto do Tribunal de Contas e vai iniciar-se muito em breve. Coisa diversa, é a questão do impacto na envolvente.

Há quem ache que é preciso um reordenamento das zonas de estacionamento. Gostaria que essa necessidade fosse escrutinada ao limite e que os moradores, por exemplo, usufruírem das suas garagens que muitos não utilizam para colocarem as viaturas na rua. Queixam-se de não terem espaços verdes, mas do outro lado da rua tem um dos maiores espaços verdes da cidade ao dispor de todos os cidadãos. Obviamente que, por isso, é que digo, que há divergências de opinião que não são questões de ter razão ou não ter razão, respeito a vossa, obviamente que o Município, com a legitimidade política que tem, tomou as opções que entendeu. Portanto, também sobre essa matéria, aquilo que foi dito pelos nossos técnicos nas reuniões, que foram realizadas nesta semana, é que estarão disponíveis e os serviços estão a preparar uma análise do enquadramento na envolvente para recolher sugestões que entendam formular sobre essa matéria, especificamente sobre essa matéria. E, portanto, obviamente que não há aqui nenhuma ausência de resposta. Não há nenhuma falta de clareza por parte do Município. Sempre que nos foi solicitado o projeto foi disponibilizado a todos os responsáveis que assim o entenderam, e obviamente que como disse, é no sentido estratégico de servir a comunidade, que o projeto vai ser concretizado”.

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: *A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na parte respeitante aos pontos um, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. ENCERRAMENTO:* *À uma hora e quarenta minutos, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta sessão de vinte e cinco de fevereiro de que para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.*